



Relatório de Assessoria de Imprensa

Período: 09/12/2020 a 10/12/2020



Índice**Tribuna do Norte | RN****Parnamirim cancela réveillon e suspende festas de veraneio**

Notícias - 09/12/2020 5

Blog da Juliska | RN**Museu Câmara Cascudo começa ciclo de visitas virtuais**

Notícias - 09/12/2020 6

Versátil News | RN

FECOMÉRCIO / SENAC RN / SESC RN

Fecomércio: Sesc Senac RN abre matrículas para cursos de idiomas com aulas on-line e presenciais

Notícias - 09/12/2020 7

G1 | RN**Ministério Público do RN recomenda que São Miguel do Gostoso, Touros e Rio do Fogo suspendam festas de fim de ano com mais de 50 pessoas**

Notícias - 09/12/2020 8

Tribuna do Norte | RN**Pazuello cogita imunizar em dezembro**

Notícias - 10/12/2020 10

Tribuna do Norte | RN**Arrecadação bate recorde histórico em novembro**

Notícias - 10/12/2020 11

Tribuna do Norte | RN**Orçamento deve ter mais de 400 emendas**

Notícias - 10/12/2020 12

Tribuna do Norte | RN**RN tem 1º caso de reinfeção do país**

Notícias - 10/12/2020 13

O Globo | DF**Guerra contra a Covid**

Notícias - 10/12/2020 14

O Globo | DF**MP vai reduzir burocracia para abrir empresas**

Notícias - 10/12/2020 15

Folha de São Paulo | DF**Receita menor com tributos adiados na covid indica inadimplência de empresas**

Notícias - 10/12/2020 16

Folha de São Paulo | DF**Sob pressão, Pazuello acena com vacinação em dezembro ou janeiro**

Notícias - 10/12/2020 17

Estadão | DF**BC mantém Selic em 2% ao ano, mas já prepara terreno para alta no ano que vem**



Noticias - 10/12/2020	18
O Globo DF Reforma do Estado deveria incluir todas as carreiras Noticias - 10/12/2020	19
O Globo DF General não sabe preparar a guerra Noticias - 10/12/2020	20
Folha de São Paulo DF Jair Bolsonaro demite ministro do Turismo, pivô dos laranjas do PSL Noticias - 10/12/2020	21
Folha de São Paulo SP Guedes quer mais impostos até o Natal Noticias - 10/12/2020	22
Folha de São Paulo SP O que se sabe sobre as vacinas Noticias - 10/12/2020	23
Estadão DF Bolsonaro demite ministro e expõe disputa pela Câmara Noticias - 10/12/2020	24

RELATÓRIO

No clipping de hoje colocamos em destaque, inicialmente, as notícias que geram expectativa para vacinação contra covid-19 ainda em dezembro. O jornal O Globo, na página 14 deste clipping, relata que o ministro da Economia, Eduardo Pazuello, abriu possibilidades para pensarmos no início da imunização já para este mês, após dizer que a Anvisa levaria até 60 dias para aprovar um imunizantes contra a Covid-19. Já o jornal Folha de São Paulo, na página 23 deste clipping, explica ao leitor o que se sabe sobre as vacinas. O texto traz quais países já começaram a imunização, quantas farmacêuticas estão aptas a produzir as doses e como está a situação no Brasil.

Outro assunto que virou manchete nos principais jornais do país, foi a demissão do ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio. O Estadão, na página 24 deste clipping, observa que essa alteração mostra a disputa pela Câmara, já que a troca ocorreu após Antônio expor, em um grupo de mensagens, as articulações do governo para influenciar a sucessão do atual presidente da Casa, Rodrigo Maia. Ao demitir Antônio, Bolsonaro o repreendeu por ter exposto divergências, dizendo que as diferenças não deveriam ser resolvidas em público.

No Rio Grande do Norte, a arrecadação atingiu, em novembro, R\$ 619,1 milhões, é o que traz a matéria do Tribuna na página 11 deste clipping. No ano da pandemia, pela primeira vez na história, o RN fechou um mês com arrecadação acima dos R\$ 600 milhões. A marca coloca o Estado mais perto de superar o total arrecadado em 2019, ficando acima do R\$ 6,15 bilhões obtidos ano passado. Os dados são da Secretaria de Tributação (SET).

O Estadão aborda que o Banco Central mantém Selic em 2% ao ano, mas já prepara terreno para alta no ano que vem. Apesar da aceleração recente da inflação, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC decidiu ontem, por unanimidade, manter a taxa básica de juros. Em seu comunicado, no entanto, o BC preparou o terreno para possível elevação dos juros em 2021. Esta matéria está na página 18 do clipping.

O último destaque vai para a matéria do jornal O Globo, na página 15 deste clipping, que aborda a conclusão de uma nova Medida Provisória que vai reduzir a burocracia para abrir empresas. A ação do Ministério está dentro do programa de desburocratização de atividades econômicas no país. Para o governo, a abertura de empresas precisa passar por uma desburocratização “urgente”, que tenha impacto positivo nos custos e no número de dias necessários para legalizar um negócio.



Imagens dos Clippings (a seguir)

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 09/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Parnamirim cancela réveillon e suspende festas de veraneio **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/parnamirm-cancela-ra-veillon-e-suspende-festas-de-veraneio/497197>

Parnamirim cancela réveillon e suspende festas de veraneio

Publicação: 2020-12-09 11:36:00

As prefeituras das cidades do Rio Grande do Norte voltaram a decretar novas medidas para tentar frear o aumento de casos do coronavírus, observados desde o início de novembro em todas as regiões estaduais. O primeiro decreto partiu da Prefeitura de Natal nesta sexta-feira (4), com o cancelamento dos eventos de fim de ano e do carnaval e a proibição de festas acima de 50 pessoas. Vizinha a Natal, Parnamirim também cancelou os eventos de fim de ano e deve estender a medida para as festas de veraneio e o carnaval, segundo a Prefeitura.

Créditos: Arquivo TN



Pirangi, uma das praias mais badaladas do Rio Grande do Norte, terá festas suspensas

Em Natal, o decreto foi feito após as autoridades de saúde identificarem um retorno do crescimento da curva de novos casos do coronavírus. Segundo o secretário municipal de Saúde, George Antunes, o crescimento preocupou devido à pressão sobre as unidades de saúde e centros de tratamento da Covid-19, que voltaram a funcionar em horário estendido. "Quando precisamos ampliar o horário de atendimento, percebemos que o crescimento tinha voltado a patamares altos", declarou neste sábado, 5.

Ainda de acordo com Antunes, o novo decreto tem a intenção de frear o crescimento da curva evitando novas aglomerações e ter o controle da pandemia semelhante aos patamares anteriores, observados em setembro e outubro, até o dia 15 de janeiro. "Chegamos a um patamar de não ter nenhuma morte durante dias, ter hospitais desocupados, dias com poucos casos novos. Esse decreto tem a intenção de fazer esse controle até o dia 15 de janeiro", disse.

Caso o controle não seja feito até a data, Antunes não descartou novas medidas, mas disse que a intenção da prefeitura é evitar que haja prejuízo em outros setores da economia, mais notadamente o comércio.

Em Parnamirim, que possui uma das praias mais procuradas durante o veraneio e carnaval, Pirangi, a Prefeitura já declarou que não vai realizar festas oficiais no final do ano e sinaliza que as festas de veraneio e o carnaval também devem ser suspensas. Oficialmente, a Prefeitura afirmou que "está tudo suspenso por enquanto" em relação às festas de veraneio.

Quanto ao carnaval, o presidente da Fundação de Cultura de Parnamirim, Haroldo Gomes, disse que "devemos seguir a sinalização de outras cidades como Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, que cancelaram o carnaval em fevereiro e adiaram para julho". Entretanto, ele destacou que não há uma posição oficial porque o assunto ainda está em debate.

As conversas foram suspensas porque o prefeito de Parnamirim, Rosano Taveira, testou positivo para o novo coronavírus e está isolado.

Nesta semana, outra cidade procurada neste período de fim de ano e veraneio, São Miguel do Gostoso, também se posicionou sobre a realização de festas durante a pandemia. A orientação da prefeitura é seguir as recomendações da Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sesap) e suspender os eventos se for preciso. O Município de Tibau do Sul, outro destino comum, foi procurado pela reportagem da TRIBUNA DO NORTE durante a semana, mas não quis comentar o assunto.

Veículo: Blog da Juliska - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 09/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: Museu Câmara Cascudo começa ciclo de visitas virtuais **Impacto:** Neutro

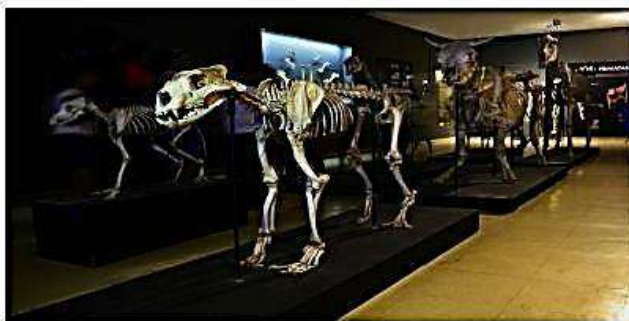
Link: <https://www.blogdajuliska.com.br/museu-camara-cascudo-comeca-ciclo-de-visitas-virtuais>



Museu Câmara Cascudo começa ciclo de visitas virtuais

Chegou a hora de matar a saudade do Museu Câmara Cascudo (MCC), pelo menos pela internet. Nesta quinta-feira, a unidade da UFRN inicia um ciclo de visitas virtuais às exposições em cartaz. O primeiro passeio será mediado por bolsistas da instituição – que estavam ansiosos por receber os visitantes – pela coleção de Anatomia Comparada e será transmitido pelo instagram @mccufrn, na quinta-feira (10), às 16 horas. A participação é livre e a expectativa é de receber público de todas as idades.

No dia 21, às 15h, um bate-papo sobre evolução das espécies complementa o conteúdo do passeio. A conversa é com o biólogo Sérgio Queiroz Lima, professor do Departamento de Botânica e Zoologia da UFRN. Depois das transmissões, a gravação fica disponível para ser vista a qualquer momento.



A exposição de Anatomia Comparada do Museu Câmara Cascudo reúne esqueletos completos e crânios de diversas espécies de mamíferos, incluindo de um elefante e de uma baleia. A proposta da coleção é mostrar que, apesar de os seres humanos serem uma espécie muito recente, ainda guardam semelhanças comuns com espécies ancestrais que viveram há milhões de anos. Em tempos de portas abertas, essa é a área mais visitada do edifício e atrai pessoas de todas as idades.

No novo portal do MCC na internet é possível sentir um pouco dessa e de outras exposições que estavam em cartaz antes da implantação das medidas de isolamento social no mês de março. Também é possível conhecer e participar da campanha de financiamento coletivo “José Costa Leite para sempre”, que pretende arrecadar 121 mil reais até o dia 20 de dezembro para adquirir as matrizes de xilogravuras do artista paraibano.

Veículo: Versátil News - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 09/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: Fecomércio: Sesc Senac RN abre matrículas para cursos de idiomas com aulas on-line e presenciais **Impacto:** Positivo

Link: <https://www.versatilnews.com.br/2020/12/fecomercio-sesc-senac-rn-abre-matriculas-para-cursos-de-idomas-com-aulas-on-line-e-presenciais>

Fecomércio: Sesc Senac RN abre matrículas para cursos de idiomas com aulas on-line e presenciais

📅 9 de dezembro de 2020 👤 Comunicação 📁 Coluna Versátil News

O Senac RN está com matrículas abertas para cursos de Idiomas, primeiro semestre de 2021. Para o próximo ano, os novos alunos terão a possibilidade de escolher o curso on-line ao vivo ou presencial, nas unidades do Senac em Natal (Zona Norte, Zona Sul e Alecrim) e Mossoró.

Estão sendo oferecidas 3.500 vagas nos cursos de Inglês, Espanhol, Francês, Italiano e Alemão. Para quem já possui algum conhecimento no idioma de interesse, o Senac RN disponibiliza o teste de nivelamento, que estará disponível para agendamento a partir do dia 20 de janeiro, no site <http://nivelamento.rn.senac.br/>. Os testes serão realizados em duas etapas, de forma online, no período de 01 a 08 de fevereiro (escrito) e 09 a 12 de fevereiro (oral). As aulas estão previstas para iniciar no dia 22 de fevereiro, com o limite máximo de 12 alunos por turma no formato presencial.

Referência regional no segmento de escola de idiomas, o Senac se diferencia por oferecer turmas direcionadas a diferentes públicos, passando pelos adolescentes até adultos. As turmas se dividem em níveis básico, intermediário e avançado e contam com instrutores certificados internacionalmente, com abordagem interativa, que privilegia a compreensão e expressão oral e escrita em contextos reais.

"O Senac está há 21 anos oferecendo o mais alto nível de excelência educacional em cursos de idiomas. Neste ano, mesmo com todos os impactos causados pela pandemia Covid-19, nós conseguimos manter a nossa metodologia, investindo na Sala de Aula Virtual, uma plataforma que permitiu a continuidade dos estudos aos nossos alunos, sem prejuízos acadêmicos. E agora, já totalmente adaptado ao novo cenário pós-pandemia, estamos ofertando as opções de estudos on-line, com aulas ao vivo, ou presencial, cumprindo com todos as recomendações previstas em nosso protocolo de segurança sanitária", declarou o diretor regional do Senac, Raniery Pimenta.

As matrículas estão sendo realizadas presencialmente, em qualquer unidade do Senac RN. Informações detalhadas sobre os valores, níveis e descontos ofertados, podem ser obtidas no telefone e whatsapp (84) 4005-1000.

Veículo: G1 RN - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 09/12/20 - **Cidade/UF:** RN - **Imagem:** 1/2

Título: Ministério Público do RN recomenda que São Miguel do Gostoso, Touros e Rio do Fogo suspendam festas de fim de ano com mais de 50 pessoas **Impacto:** Neutro

Link: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/12/09/ministerio-publico-do-rn-recomenda-que-sao-miguel-do-gostoso-touros-e-rio-do-fogo-suspendam-festas-de-fim-de-ano-com-mais-de-50-pessoas.ghml>

Ministério Público do RN recomenda que São Miguel do Gostoso, Touros e Rio do Fogo suspendam festas de fim de ano com mais de 50 pessoas

Promotoria deu 48 horas para municípios informarem medidas que serão adotadas para evitar aglomerações.

Por G1 RN

09/12/2020 11h29 - Atualizado 20/20-12-09T14:39:58.685Z

1 de 1 Praia de Tourinho, São Miguel do Gostoso - Rio Grande do Norte (Arquivo) — Foto: Fernanda Zauli/G1

Festa de Tourinho, São Miguel do Gostoso - Rio Grande do Norte (Arquivo) — Foto: Fernanda Zauli/G1

O Ministério Público do Rio Grande do Norte recomendou que as prefeituras de São Miguel do Gostoso, Touros e Rio do Fogo suspendam festas, shows e eventos comerciais com mais de 50 participantes, no fim de 2020, por causa do "aumento significativo das infecções" por covid-19 no estado e no país.

A recomendação publicada no Diário Oficial do Estado desta quarta-feira (9) é para que os municípios providenciem, "de forma urgente e imediata", decreto ou ato administrativo que determine a suspensão da realização de eventos de massa, com limitação de público a no máximo 50 pessoas por evento, "especialmente festas de Natal, réveillon e carnaval, entre outras".

Além de Natal, pelo menos dois municípios do estado - Maxaranguape e Pureza - já suspenderam eventos com mais de 50 pessoas no fim de ano.

O promotor da comarca de Touros, Marcos Adair Nunes, ainda recomendou que os municípios "abstenham-se de realizar eventos presenciais patrocinados com recursos públicos, que possam incentivar a aglomeração de pessoas e favorecer o aumento da transmissibilidade do Covid-19".

- **RN volta a ter taxa de ocupação superior a 70% nas UTI voltadas para pacientes de covid-19**
- **Governadora do RN negocia compra de doses da Coronavac**
- **RN tem 131 municípios com taxa de transmissão da Covid-19 em zonas de 'risco' ou 'perigo'**

A promotoria deu prazo de 48 horas para que os municípios encaminhem respostas sobre as medidas que serão adotadas.

Na manhã desta quarta (9), a chefe de gabinete da Prefeitura de São Miguel do Gostoso, Maria Gizelda Teixeira de Souza, confirmou o recebimento da recomendação, mas afirmou que o município ainda está avaliando a situação. O município tem pelo menos dois eventos de réveillon agendados.

O secretário de Administração de Touros, Ruzem Modesto afirmou que a recomendação ministerial foi bem embasada e acredita que o município irá atendê-la, mas disse a decisão final será tomada apenas depois de uma reunião do comitê que acompanhar pandemia no município. O secretário ainda declarou que o município tem um dos maiores réveillons do estado, mas não soube precisar quantas festas estão agendadas para este ano.

Veículo: G1 RN - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 09/12/20 - **Cidade/UF:** RN - **Imagem:** 2/2

Título: Ministério Público do RN recomenda que São Miguel do Gostoso, Touros e Rio do Fogo suspendam festas de fim de ano com mais de 50 pessoas **Impacto:** Neutro

Link: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/12/09/ministerio-publico-do-rn-recomenda-que-sao-miguel-do-gostoso-touros-e-rio-do-fogo-suspendam-festas-de-fim-de-ano-com-mais-de-50-pessoas.ghml>

Governo também recomenda suspensões

Em decreto publicado nesta quarta-feira (9), o governo do estado também voltou a suspender shows e eventos patrocinados pelo estado e **também recomendou que municípios suspendam eventos públicos e privados.**

A realização de eventos tinha sido autorizada no estado por meio de decreto publicado no dia 6 de outubro. Os eventos deveriam seguir os protocolos estabelecidos e, nos casos não contemplados, os organizadores eram obrigados a apresentar protocolo próprio à Secretaria de Saúde para ter autorização.

Municípios cancelam festas

Capital do estado, Natal foi o primeiro município potiguar a cancelar as festas de fim de ano, após o novo aumento de casos de covid-19. A **prefeitura suspendeu a programação presencial do Natal em Natal, o Carnaval 2021 e proibiu eventos com mais de 50 pessoas**, em decreto publicado na sexta-feira (4).

O município de Pureza publicou um decreto na quarta-feira (8) determinando que casas de shows e eventos só poderão funcionar com capacidade reduzida de 50 pessoas. "Estão igualmente proibidos todos os eventos públicos e privados no âmbito do Município de Pureza/RN que superem a capacidade de 50 (cinquenta) pessoas simultâneas no local", afirma o decreto.

Bares, restaurantes e o comércio da cidade podem funcionar, desde que respeitem os protocolos de segurança estabelecidos. As praças e o "olheiro" da cidade serão interditados, de acordo com a determinação.

Já o município de Maxaranguape, além de limitar eventos a 50 pessoas, também suspendeu queimas de fogos nos distritos da cidade e o carnaval de 2021.

As festas, com o número limitado de pessoas, deverão atender ao critério de uma pessoa para cada cinco metros quadrados e distanciamento de pelo menos 1,5 metro entre participantes.

Já os bares e restaurantes do município que estiverem funcionando dentro dos protocolos anteriormente em vigor, poderão atender mais de 50 pessoas.

Veículo: Tribuna do Norte - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 10/12/20 - Cidade/UF: Natal / RN
Título: Pazuello cogita imunizar em dezembro Impacto: Neutro

Pazuello cogita imunizar em dezembro

« COVID » Ministro da Saúde afirma que é possível começar a vacinação com plano emergencial e cita planejamento de logística, mas o documento ainda passa por revisão e só deve ser divulgado na próxima semana

O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, mudou o discurso sobre o começo da imunização no Brasil e afirmou que, se houver autorização de uso emergencial, as doses podem ser aplicadas já em dezembro. Ele ponderou que é provável começar a campanha nacional entre janeiro e fevereiro, ainda nas mesmas datas mais otimistas do que as apresentadas pelo ministério na semana anterior. Em entrevista à CNN Brasil, Pazuello entregou plano de logística para a vacinação, que ele disse estar "pronto", mas o documento ainda passa por revisão e só deve ser divulgado na próxima semana.



Eduardo Pazuello ponderou que é provável começar a campanha nacional entre janeiro e fevereiro

O começo da vacinação em dezembro é improvável, segundo integrantes do próprio Ministério da Saúde. Além de o governo federal ainda depender da compra de milhões de seringas e agulhas, não há pedido de registro ou uso emergencial de vacinas nas mãos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Pazuello apontou que a Pfizer poderia começar a entrega da vacina reguladora, mas a própria empresa, que ainda aguarda assinatura de contrato com o ministério, diz que dificilmente terá doses no País em dezembro. A previsão é mais o começo do laboratório começar a importação em janeiro e, nos próximos três meses, acumular doses suficientes para vacinar

cerca de dois milhões de habitantes. No total, a negociação com a Pfizer envolve a compra de 70 milhões de doses. A declaração de Pazuello foi vista entre gestores do SUS como resposta a críticas sobre a lentidão para fechar contratos de compra de vacinas que estão em fase mais avançada de desenvolvimento. Alguns governadores têm negociado a compra do imunizante e das seringas de forma paralela para evitar um prejuízo similar ao dos testes e respiradores, que o ministério entregou em menor número do

que havia prometido. A mudança de tom do ministro também foi lida como reação ao governador João Dória (PSDB), defeso do presidente Jair Bolsonaro, que ficou 25 de janeiro como data para o começo da imunização no Estado de São Paulo, mesmo sem ter pedido registro da Coronavac à Anvisa. A vacina, desenvolvida pela farmacêutica chinesa Sinovac em parceria com o Instituto Butantã, ligado ao governo paulista, ainda não teve os dados de eficácia da fase 3 de testes divulgados. A expectativa é que

esses resultados saiam até dia 15. A entrega do plano de logística durante a entrevista surpreendeu até assessores de Pazuello. Em audiência na Câmara dos Deputados, o secretário Nacional de Vigilância Sanitária, Arnaldo Medeiros, minimizou o gesto e disse que foi uma apresentação "simbólica", pois o documento ainda passa por mudanças. A população privada de liberdade, por exemplo, foi retratada do grupo prioritário que havia sido apresentado na última semana. Já agentes penitenciários seguem no plano. Dentro do ministério, a entrega, mesmo que "simbólica", foi considerada um erro de comunicação de Pazuello, pois abriu margem para a imprensa, parlamentares e gestores locais cobrarem o documento, que ainda está sendo finalizado. Em nota, a pasta reconhece que o plano está sob revisão e afirma que o documento será apresentado ao STF e à população durante eventos, sem citar datas.

A fala de Pazuello também jogou mais pressão sobre a Anvisa para a aprovação de vacinas. Dirigentes e técnicos da agência já manifestavam incômodo por Dória apontar datas para imunizar a população mesmo antes de o Butantã apresentar dados finais sobre a Coronavac para a agência. "Se consultarem minhas entrevistas anteriores, sempre disse ter esperança de ter a vacina no primeiro semestre de 2021, mas nunca fixei um mês e muito menos um dia. Para os que fazem, eu desejo boa sorte. Enquanto isso, continuamos trabalhando com o mundo real, que é o mundo científico", disse o presidente da Anvisa, Barra Torres, em entrevista à Jovem Pan na última segunda-feira.

A Anvisa tem até 60 dias para avaliar o registro de vacinas no País. Este tempo, se a empresa apresentar pela "submissão contínua" de documentos, para 20 dias por "bloco" de informações, entre as agrícolas. O órgão espera ser ainda mais célere para aprovar uso emergencial. No entanto, a empresa não informou ao governo federal se está em um estágio de desenvolvimento avançado. Há ainda o risco de a vacina não passar nos testes de segurança. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) já recebeu pedidos de registro de vacinas para a covid-19, mas nenhuma delas foi aprovada até agora. A agência já recebeu pedidos de registro de vacinas para a covid-19, mas nenhuma delas foi aprovada até agora.

A Anvisa tem até 60 dias para avaliar o registro de vacinas no País. Este tempo, se a empresa apresentar pela "submissão contínua" de documentos, para 20 dias por "bloco" de informações, entre as agrícolas. O órgão espera ser ainda mais célere para aprovar uso emergencial. No entanto, a empresa não informou ao governo federal se está em um estágio de desenvolvimento avançado. Há ainda o risco de a vacina não passar nos testes de segurança. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) já recebeu pedidos de registro de vacinas para a covid-19, mas nenhuma delas foi aprovada até agora. A agência já recebeu pedidos de registro de vacinas para a covid-19, mas nenhuma delas foi aprovada até agora.



Coronavac vai ser comprada pelo Ministério da Saúde, se receber registro da Anvisa

Ministro admite comprar Coronavac

Na entrevista à CNN, Pazuello também mudou o tom sobre a compra da Coronavac. Ele confirmou que o imunizante será comprado, caso receba registro da Anvisa: "Eu acho isso, tem sido repetido pelo presidente da República, a vacina que estiver registrada na Anvisa, garantida a sua eficácia e segurança será comprada para todos os brasileiros. Sim, essa é a resposta (sobre a compra da Coronavac)". A compra da vacina desenvolvida pelo Butantã é um assunto espalhado para todos os brasileiros. Sim, essa é a resposta (sobre a compra da Coronavac). A compra da vacina desenvolvida pelo Butantã é um assunto espalhado para todos os brasileiros. Sim, essa é a resposta (sobre a compra da Coronavac).

Em audiência na Câmara dos Deputados, o secretário da Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (Abimio), Paulo Henrique Franco, reforçou que o ministério ainda precisa planejar compra de seringas. A pasta pretende comprar mais de 300 milhões unidades por meio de edital para indústria nacional e importadoras, além de fazer uma aquisição via Organização Pan-Americana de Saúde de outras 40 milhões de unidades. "Não adianta querer comprar tudo de uma vez só", disse Franco. Ele afirmou que o ministério precisa ser claro no cronograma e permitir que mais de uma empresa possa ganhar o edital, para dissolver as entregas. O representante disse ainda que Estados já tem feito compras próprias de seringas, o que pode dificultar uma entrega centralizada. A Abimio, em nota, afirma que desde julho alerta sobre a necessidade de organizar a compra deste insumo. Ministé-

rio afirma que não haverá atraso nas compras. O governo Jair Bolsonaro aposta na vacina desenvolvida pela Universidade de Oxford e a farmacêutica AstraZeneca. A Pfizer trabalha para incorporar a tecnologia para produzir as próprias doses desse imunizante. Mas os pesquisadores responsáveis pelo desenvolvimento da vacina já reconheceram erros nos testes iniciais e a necessidade de ampliar ensaios clínicos para medir a eficácia, o que deve atrasar o registro. Além disso, a pasta espera receber doses para 10% da população brasileira por meio da Covax Facility, consórcio internacional liderado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Somando o acordo com Oxford/AstraZeneca e a Covax Facility, o governo espera ter 300 milhões de doses de vacinas em 2021. O acordo ainda não assinado com a Pfizer estima outras 70 milhões, mas apenas 8,5 milhões no primeiro semestre. A expectativa é de que a imunização seja feita em duas doses.

Prioridade para preso deve ser retirada

O Ministério da Saúde avalia retirar a população carcerária da lista de grupos prioritários para vacinação contra a covid-19. A medida foi anunciada na semana passada, o Ministério da Saúde prevê começar a vacinar a população em março. Idosos com 75 anos ou mais, profissionais de saúde e indígenas serão os primeiros a receber as doses, estima a pasta.

A população carcerária, de acordo com a previsão, seria vacinada na quarta fase do plano nacional, junto de professores, forças de segurança e salvamento e funcionários do sistema prisional. Ao todo, o ministério se comprometeu a vacinar 100 milhões de pessoas em 2021, em duas doses.

Testes encalhados valerão mais quatro meses. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) condicionou o uso por mais de um mês do cerca de cerca de 7 milhões de testes RT-PCR encalhados no Ministério da Saúde a uma atualização mensal da qualidade do produto. Como revisão do Edital, esse estoque estava em um armazém do governo federal em Guarulhos, na Grande São Paulo, e vencerá a partir de dezembro. A agência afirma que se trata de uma "exceção" para consumo do produto além dos oito meses de validade original. O órgão considerou o aumento da necessidade de testes pelo crescimento da covid-19 no Brasil e a possível escassez do produto no mercado, além do aval do fabricante para extensão da validade. O número de unidades encalhadas é superior ao contratado de 6,6 milhões de testes desse tipo feitos no Sistema Único de Saúde (SUS). Considerado o produto de diagnóstico mais preciso, por concentrar o vírus-alvo no organismo, o teste RT-PCR é mais caro do que o teste de nasofaringe por um cotonete.

Testes encalhados valerão mais quatro meses

O governo de Jair Bolsonaro tinha como meta realizar mais de 22 milhões de exames RT-PCR até dezembro, mas não chegou a 30% desse número. Ao todo, a Saúde investiu R\$ 764,5 milhões em testes e as análises precisam ser enviadas para o Ministério da Saúde. A expectativa é de que a imunização seja feita em duas doses.

A Anvisa anunciou o aval para uso do teste durante uma audiência, ontem, na Câmara dos Deputados. A decisão "leva em consideração a situação epidemiológica e a importância da testagem", disse Cristiane Gomes, diretora da agência.

764,5 milhões de reais foram investidos em testes para covid-19.

Ativo de Desenvolvimento Proprietário para Análise de Qualidade e Monitoramento de Resposta. COSERN. Para realizar serviços de manutenção e melhorar na rede elétrica, será necessário interromper, temporariamente, o fornecimento de energia aos seguintes serviços: [lista de serviços e locais]

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 10/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Orçamento deve ter mais de 400 emendas **Impacto:** Neutro

TRIBUNA DO NORTE

política

Natal - Rio Grande do Norte
Quinta-feira, 10 de dezembro de 2020 **3**

Orçamento deve ter mais de 400 emendas

« CÂMARA » Vereadores de Natal apresentam sugestões de mudanças ao projeto de Lei Orçamentária Anual. Prazo para que as propostas de alterações sejam formalizadas termina nesta sexta-feira

Os vereadores de Natal têm até esta sexta-feira (11) para apresentarem as emendas ao Projeto de Lei nº 333/2020, a Lei Orçamentária Anual (LOA 2021), que prevê R\$ 3.158.585.600 em receitas e despesas para o exercício de 2021 da capital potiguar. O projeto já foi aprovado em primeira discussão na última terça-feira (8) junto com a terceira revisão do Plano Plurianual 2018-2021.

Até esta quarta-feira (9), 26 emendas parlamentares tinham sido protocoladas à LOA, contudo, a expectativa é de que esse número seja semelhante ao do ano passado, quando o orçamento de 2020 foi aprovado com 421 alterações propostas pelos vereadores.

As emendas já apresentadas alocam recursos dentro do orçamento proposto para construção e conservação de abrigos de ônibus em bairros periféricos; instalação e manutenção de academias da terceira idade; execução de obras de drenagem e pavimentação de ruas; construção do pontilhão sobre a linha férrea ligando os bairros de Cidade Nova e Planalto; manutenção e funcionamento da casa do Jovem Aprendiz; construção e adequação de corredores para prática de caminhadas e corridas; apoio às festas tradicionais e festejos populares, como festas juninas; construção, restauração e paisagismo de praças e logradouros; e reforço aos serviços de proteção social especial à crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade.

Também há emendas com enfoque maior na educação, as-



Vereadores aprovaram o projeto da Lei Orçamentária Anual em primeira votação, mas as emendas serão apreciadas no dia 17

segurando o atendimento da pré-escola para crianças de até cinco anos, por meio da compra de vagas em escolas filantrópicas e particulares; construção, reforma e ampliação de Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e de escolas; implantação de tempo integral em 11 unidades da rede de ensino fundamental; e implementação da rede de leitores por meio de ambientes e espaços específicos.

Antes de irem à Plenário, as emendas ainda passarão nas comissões de Justiça e de Finanças da Casa, em reunião prevista para a próxima segunda-feira (14). "O prazo para apresentar as emendas é até o dia 11 para que

todos tenham tempo hábil para estudar o projeto e a segunda votação possa começar no dia 17", destacou a vereadora Nina Souza (PDT), presidente da Comissão de Justiça da Câmara. Como o número de sessões ordinárias semanais aumentou, de duas para três, a votação em segunda discussão prevista inicialmente para o dia 22 de dezembro, poderá ocorrer antes a partir do dia 17, conforme frisou a parlamentar.

Boa parte das emendas apresentadas costuma ser consensual, ou seja, o Executivo Municipal não se opõe e, por isso, os vereadores não costumam discordar, sendo estas votadas em blocos. Já aquelas que sofrem

embate da parte da gestão municipal, ou que parte dos vereadores discorda, são debatidas e votadas individualmente. Muitas propostas coincidem ou são consideradas inviáveis de execução, sendo assim rejeitadas ou prejudicadas. Também ficam comprometidas aquelas que são semelhantes a alguma que já tenha sido votada anteriormente.

De acordo com o vereador Raniere Barbosa (AVANTE), presidente da comissão de Finanças, as emendas deverão buscar o equilíbrio na redução de despesas entre as secretarias. "Aprovamos o projeto na comissão, mas destacando a necessidade de emendas. O orçamento prevê

uma redução de R\$ 15 milhões, mas observei que não há equilíbrio linear desta redução entre as secretarias. É nestas questões que as emendas deverão propor correções", disse o vereador. A Câmara Municipal só poderá entrar em recesso legislativo de final de ano após votar a LOA.

Educação

Para 2021, o orçamento previsto na Lei Orçamentária Anual de Natal está R\$ 15,6 milhões menor do que o que foi previsto para 2020. O valor estimado para as receitas e despesas do próximo ano é de R\$ 3.158.585.600,00 enquanto a peça orçamentária de 2020 ficou em R\$ 3.174.155.966,00.

São apresentadas como justificativa os efeitos da crise financeira dos últimos anos e, especialmente, a crise sanitária e econômica provocada pelo novo coronavírus (covid-19).

Com uma previsão de receitas menor, caiu também a previsão de gastos de algumas secretarias, como a de Saúde, que deverá gastar R\$ 38 milhões a menos. Para a pasta estão previstos R\$ 424.252.620,00 que, computando-se aos demais recursos destinados a estas ações, soma R\$ 873.398.620. Isso representa 27,65% de todo o Orçamento Geral do Município, um percentual que atende o exigido por lei.

A Assistência Social (-R\$ 3,3 mil), Administração (-R\$ 2,1 mil), Cultura (-R\$ 400 mil), Urbanismo (-R\$ 32,8) e Desporto e Lazer (R\$ 1 mi) também devem dispor de menos recursos. Por outro lado, Educação (+ R\$ 5 mi), a Segurança (+ R\$ 5,6 mi), Previdência Social (+ R\$ 34,7 mi), Gestão Ambiental (+ R\$ 580 mil) e Habitação (+ R\$ 399 mil) devem aumentar seus gastos em 2021.

"Em que pese o valor total da receita estimada tenha sido ligeiramente inferior ao exercício atual, a expectativa que temos, baseado nos pressupostos de estimativa da receita, é de que manteremos os níveis de arrecadação dos recursos decorrentes do esforço fiscal, graças, sobretudo, às medidas de modernização e qualificação da gestão tributária, assim como a recuperação de créditos de natureza tributária, sempre com a pretensão de angariarmos recursos para mantermos os níveis e as qualidades dos bens e serviços", escreveu o prefeito Álvaro Dias no documento enviado à Câmara.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 10/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: RN tem 1º caso de reinfeção do país **Impacto:** Neutro

 NO FACEBOOK
 TEMPO HOJE
 TÁBUA DE MARES
 NA TV ONLINE

SEMURB APRESENTA DIRETRIZES DO PLANO DIRETOR DE NATAL AOS NOVOS VEREADORES ELEITOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL - PÁGINA 11

tribunadonorte.com.br

RN tem 1º caso de reinfeção do país

« PANDEMIA » Secretaria de Estado da Saúde Pública confirmou caso na noite desta quarta (10). Paciente é uma mulher de 37 anos que atua como profissional da área da saúde no Rio Grande do Norte e na Paraíba

A Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap) informou na noite desta quinta (10), que o Estado do Rio Grande do Norte confirmou o primeiro caso de reinfeção através da metodologia da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) por sequenciamento genético. O caso, segunda pasta estadual de Saúde, é o primeiro no Brasil a ser confirmado pelo Ministério da Saúde.

O Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde (CEVISA) RN recebeu a notificação de caso suspeito para reinfeção no dia 23 de outubro de 2020. Apoiante, residente do município de Natal, 37 anos, é profissional de saúde em serviços no RN e na Paraíba. Ela apresentou um quadro de síndrome gripal (febre alta, dor abdominal e exantema) em 17 de junho de 2020 e coletou amostra para um teste de RT-PCR no Estado da Paraíba em 23 de junho de 2020, tendo resultado positivo.

Em 11 de outubro de 2020, a paciente veio a apresentar um quadro de síndrome gripal (febre alta, exantema, dor abdominal e distúrbios gustativos e olfativos), com coleta de amostra para um novo teste em 13 de outubro, também positivo. A Sesap resolveu que a investigação para a reinfeção foi realizada em trabalho conjunto com os setores de vigilância epidemiológica do estado do Rio Grande do Norte, Município de Natal e estado da Paraíba.

Após investigação, as amostras foram encaminhadas à unidade de equipe de epidemiologia da SESAP, pelo estado da Paraíba para análise no laboratório Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro, local referência para investigação laboratorial de casos suspeitos de reinfeção pelo vírus SARS-CoV-2, conforme fluxo estabelecido pelo Ministério da Saúde.

A Secretaria de Saúde Pública resulta ainda que foram constatadas a presença de linfócitos distantes do vírus nas amostras coletadas, o que confirma o primeiro caso de reinfeção do País. Existem hoje, no RN, nove casos notificados, sendo um confirmado, cinco em investigação e três, em instabilidade de análise.

Em nota técnica assinada pelo município de Natal, Estados do RN e PB reitera a importância da notificação dos casos suspeitos, bem como a investigação de possíveis casos de reinfeção pelos profissionais de saúde. Além disso, reforçam que as medidas de biosegurança precisam ser adotadas incessantemente, como uso correto da máscara e higienização das mãos e a adesão aos protocolos de distanciamento.

Para a abertura de protocolo de casos de reinfeção é necessário que eles atendam aos seguintes critérios: o mesmo paciente ter dois resultados de RT-PCR detectáveis para SARS-CoV-2, com intervalo maior ou igual a 90 dias; ou dois resultados de RT-PCR detectáveis para SARS-CoV-2, com intervalo menor que 90 dias, desde que, tenha um terceiro resultado de RT-PCR não detectado para SARS-CoV-2 entre o intervalo dos dois exames positivos.



Rio Grande do Norte possui quase 100 mil infectados pela covid-19. Conforme dados da Sesap/RN, cerca de 48,8 mil se recuperaram

Estado passará dos 100 mil casos de covid hoje

RICARDO ARAÚJO
Efeitor

O Rio Grande do Norte está a 159 casos confirmados de covid-19 para romper a barreira dos 100 mil infectados no Estado. Com média móvel diária de 532 casos novos nos últimos sete dias, conforme dados do Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (LAIN/UFRN), a transposição desse obstáculo deverá ser confirmada no próximo Boletim Epidemiológico da Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap/RN). No que fora divulgado no início da noite desta quarta-feira (9), os dados apontavam 99.841 casos confirmados e 2.799 óbitos provocados pelo novo coronavírus.

Somente na passagem da terça-feira (8) para quarta-feira (9), a Sesap registrou 1.010 novos casos de covid-19 em todas as regiões de Saúde do Rio Grande do Norte. O número de óbitos saiu de 2.733 para 2.799, o que são 66 horas nas cidades de Mossoró e Vera Cruz.

Os casos descartados chegam a 240.489 e os óbitos em investigação totalizam 430. Em todo o Estado, pelo menos 48.821 pessoas se recuperaram da doença.

Segundo o Boletim Epidemiológico N° 239, existiam até o início da noite desta quarta-feira, 321 pacientes internados nas redes pública e privada em tratamento para a covid-19. Desses, 168 no serviço público (99 nos leitos clínicos, 42 nos semi-intensivos e 25 ocupando leitos de unidade de terapia intensiva). O que elevou o índice de ocupação dos leitos críticos do Sistema Único de Saúde (SUS) a 72%. Outros 133 pacientes estão distribuídos nos hospitais privados no RN da seguinte forma: 67 em leitos clínicos, 16 em leitos semi-intensivos e 50 em tratamento nas unidades de terapia intensiva. O índice de ocupação da rede privada específica para a infecção pelo novo coronavírus é de 52,2%.

Conforme dados do portal Regula RN, atualizado a cada cinco minutos pela Central de Regulação da Sesap (RN), as taxas de ocupação de leitos críticos estavam, às 19h37 desta

quarta-feira, distribuídas da seguinte forma: 69,9% em todo o Rio Grande do Norte; 60,4% na região Metropolitana; 83,9% no Oeste e 76% no Sertão.

Vacinação no RN

A vacinação contra a covid-19 no Rio Grande do Norte deve iniciar em fevereiro do ano que vem. Essa é a previsão da Sesap, baseada no prazo de 60 dias anunciado pelo Ministério da Saúde como sendo o tempo para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) avaliar as vacinas que estão sendo protocoladas. A logística de distribuição da vacina ainda não foi apresentada pelo Ministério.

A secretária adjunta de Saúde do Estado, Maura Sobrinha, afirmou em entrevista ao Bom Dia RN, da InterTV Cabugi, que o Rio Grande do Norte vai aderir ao programa nacional de vacinação contra a covid-19, mas que também negocia a compra da CoronaVac, à parte. "O compromisso é em garantir a cobertura. Sinalizamos interesse em também aderir a essa agenda,

avaliar questões dos custos e formalização". Ela informou que o custo médio da vacina chinesa seria de R\$ 5 reais a dose.

Namamã, nesta quarta-feira (9), o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, afirmou que a vacinação no Brasil pode iniciar ainda em 2020, em entrevista à CNN Brasil. Pazuello afirmou que a utilização da vacina da Pfizer, produzida no Reino Unido, vai ocorrer neste ano caso o imunizante consiga a autorização para uso emergencial. O ministro descartou a compra de outras vacinas em desenvolvimento, inclusive a CoronaVac.

Nessa terça-feira (8), a governadora do Estado, Fátima Bezerra, esteve presente com o ministro Eduardo Pazuello, em Brasília. No encontro, o chefe do Ministério da Saúde informou que a logística de distribuição nacional das vacinas está pronta e será apresentada em breve, num evento. Uma portaria do MS já destinou R\$ 1,195 bilhão para montagem de estruturas de transporte, armazenamento, refrigeração e distribuição da vacina no Rio Grande do Norte.

Fátima discute pandemia com gestores

Natade esta quarta-feira (9), a governadora Fátima Bezerra teve um encontro virtual com gestores das 4ª e 5ª regionais de Saúde Pública, que compreendem os municípios do Sertão e do Alto Oeste. Achele do Executivo presidiu o encontro com o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, a respeito do plano de imunização da Covid-19 e reforçou a necessidade do trabalho integrado para impedir a sobrecarga do sistema de saúde do Rio Grande do Norte.

A estratégia que irá adotar é de buscar fortalecer o SUS, ampliando a quantidade de leitos nos hospitais, como foi feito no Hospital Regional de Parnaíba-Ferros, por exemplo, nos locais mais preparados para o enfrentamento à pandemia no atual estágio. Mas, é imperativo que os entes federados trabalhem de forma conjunta, que se tenha uma unidade para diminuir o contágio", disse a governadora.

A secretária-adjunta de Saúde Pública, Maura Sobrinha, também apresentou aos gestores dados que mostram a ascensão no número de casos da Covid-19 a partir de novembro, e que já vem repercutindo na ocupação de leitos.

Com o fim dos contratos anteriores com a Prefeitura de Região Metropolitana e outras áreas, o Governo do Estado pactuou com os municípios a necessidade de atualização dos planos de contingência no âmbito municipal e de decretos normativos, além da retomada de ações de barreiras sanitárias entre as cidades, e atenção especial às atividades de fim de ano no intuito de evitar aglomerações.

A presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Rio Grande do Norte (Cosern-RN) Maria Elza Garcia, também ressaltou: "a importância do trabalho integrado entre os municípios e o Governo do Estado", por meio do Pacto Pela Vida.

Foi reforçada a realização, a partir de janeiro, da pesquisa intitulada "Prevalência de Infecção por Covid-19 no Rio Grande do Norte: inquérito sorológico de base populacional", que vai mapear casos por meio de testes rápidos em municípios selecionados de todas as regiões de saúde do RN.

Areia Branca cancela festa de réveillon

A Prefeitura de Areia Branca suspendeu as festas de réveillon e a queima de fogos na cidade (zonas urbana e rural) por causa da pandemia do novo coronavírus. A medida foi publicada através do Decreto Municipal N° 40/2020 no Diário Oficial do Município da terça-feira (8). O Decreto também prorroga as medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia.

"Precisamos reforçar as medidas restritivas neste momento devido à elevada propagação do vírus em nossa região do Rio Grande do Norte", disse a prefeita Francine Rebonças. A Prefeitura de Areia Branca recomen-

doou que as comemorações natalinas ocorram preferencialmente com as pessoas da mesma família, evitando aglomerações.

A prefeita Francine Rebonças havia se reunido na sexta-feira (4) com os promotores de eventos e ficou decidido pela suspensão das festas em clubes, restaurantes, bares e afins a partir da segunda-feira (7), pelo período de 15 dias, o que encerraria em 20 de dezembro.

No entanto, com a publicação do decreto, estão suspensos shows e eventos públicos ou privados que possam gerar aglomerações em ambientes fechados ou abertos, independentemente da quantidade de pessoas. O documento é válido até o dia 7 de janeiro de 2021 quando será realizada uma nova avaliação do quadro pandêmico no município e região.

"É importante reforçar a obrigatoriedade do uso máscaras, álcool em gel, lavar mãos regularmente com água e sabão, distanciamento mínimo entre as pessoas em lugares públicos", alertou a prefeita Francine Rebonças.

Em Natal e Parnaramim, as Prefeitas Municipais decretaram o cancelamento de festas públicas e particulares no réveillon, com a única exceção que remain mais de 30 pessoas. No litoral, outras cidades analisam a possibilidade de cancelar eventos similares.



Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 10/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF
Título: Guerra contra a Covid **Impacto:** Neutro

Sociedade



PARA NÃO JOGAR FORA

Anvisa aprova extensão da validade de testes estocados
Agência atendeu a pedido do Ministério da Saúde em caráter emergencial oglobo.com.br/sociedade

GUERRA CONTRA A COVID

Pazuello muda de tom e diz que vacinação pode começar neste mês

PAULA FERREIRA E
LEANDRO PRAZERES
societade@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Após dizer que a Anvisa levaria até 60 dias para aprovar um imunizante contra a Covid-19, o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, mudou de tom ontem e afirmou que a vacinação no país pode começar ainda neste mês ou em janeiro.

— Se a Pfizer conseguira autorização emergencial e nos adiantar alguma entrega, isso (o início da vacinação) pode acontecer no final de dezembro ou em janeiro. Isso em quantidades pequenas, de uso emergencial — afirmou o ministro à CNN Brasil, um dia depois de sofrer intensa pressão de governadores e prefeitos. — Isso pode acontecer com a Pfizer, com o Butantan (referindo-se à vacina CoronaVac), com AstraZeneca (vacina de Oxford), mas é foro íntimo da desenvolvedora, não é uma campanha de vacinação.

No caso da Pfizer, disse Pazuello, o primeiro passo é fechar o contrato com o governo, ainda em negociação. Depois, a farmacêutica, que foi a primeira a conseguir aprovação para uso emergencial no Ocidente, precisa obter registro para uso na Anvisa e adiantar a entrega de sua vacina. Segundo ele, 500 mil doses chegariam em janeiro. O contrato em negociação prevê a aquisição de 70 milhões de doses pelo Brasil.

A Pfizer, no entanto, afirmou que só consegue entregar o produto ao Brasil em janeiro — já que países como Reino Unido e Canadá fecharam antes a compra, e por isso levaram o imunizante mais cedo.

Já a Anvisa afirmou ao GLOBO que, “até o momento, não houve pedido de uso emergencial de vacina pela Pfizer”. Por isso, “não é possível falar em prazos”.

À CNN Pazuello afirmou que a Anvisa analisará os pedidos de registro que chegam, e o país já deverá ter doses entregues quando o aval definitivo for dado.

— Se esse registro chegar



Com atraso, o ministro da Saúde afirmou que as vacinas da Pfizer, da SinoVac e da AstraZeneca podem ser autorizadas para uso em dezembro ou janeiro

Canadá aprova vacina da Pfizer

> O Canadá aprovou ontem a vacina da Pfizer/BioNTech contra a Covid-19, tornando-se o terceiro país a autorizá-la, dias após Reino Unido e Bahrein. Em um comunicado, o Ministério da Saúde informou que “o Canadá superou hoje (ontem) uma etapa crucial em sua luta contra a Covid-19 com a autorização da primeira vacina contra a doença”.

> O governo canadense anunciou que a vacinação pode começar em poucos dias. Até o fim do mês, o país espera receber em torno de 249 mil doses, que têm eficácia de 95%.

> Também ontem, o Reino Unido, primeiro país a autorizar a vacina da Pfizer/BioNTech, alertou que pessoas com “histórico de reação alérgica significativa” a

rigorosas do ministério em matéria de inocuidade, eficácia e qualidade para seu uso no Canadá”.

> Em nota, a agência MHRA enquadrado como reações alérgicas significativas aquelas semelhantes à anafilaxia — reação alérgica grave, de rápida progressão e que pode

levar à morte, e que tem como sintomas inflamação de língua e garganta e falta de ar, entre outros.

> O comunicado faz a mesma recomendação a pessoas que precisam de adrenalina autoinjetável. É alerta que a vacinação deve ser feita apenas em locais onde houver possibilidade de reanimar os pacientes. Segundo Stephen Powis, diretor médico do NHS (serviço público de saúde britânico semelhante ao SUS), recomendações desse tipo são comuns a vacinas novas.

> O comunicado faz a mesma recomendação a pessoas que precisam de adrenalina autoinjetável. É alerta que a vacinação deve ser feita apenas em locais onde houver possibilidade de reanimar os pacientes. Segundo Stephen Powis, diretor médico do NHS (serviço público de saúde britânico semelhante ao SUS), recomendações desse tipo são comuns a vacinas novas.

> O comunicado faz a mesma recomendação a pessoas que precisam de adrenalina autoinjetável. É alerta que a vacinação deve ser feita apenas em locais onde houver possibilidade de reanimar os pacientes. Segundo Stephen Powis, diretor médico do NHS (serviço público de saúde britânico semelhante ao SUS), recomendações desse tipo são comuns a vacinas novas.

> O comunicado faz a mesma recomendação a pessoas que precisam de adrenalina autoinjetável. É alerta que a vacinação deve ser feita apenas em locais onde houver possibilidade de reanimar os pacientes. Segundo Stephen Powis, diretor médico do NHS (serviço público de saúde britânico semelhante ao SUS), recomendações desse tipo são comuns a vacinas novas.

para nós em janeiro, já teremos doses da Pfizer e da AstraZeneca entregues. Se o Butantan já tiver o registro, teremos a do Butantan também — afirmou o ministro.

Segundo Pazuello, o Ministério da Saúde está fechando acordos com as companhias aéreas para viabilizar a logística da distribuição, e “a partir daí os estados recebem, fazem as ações nas capitais e a distribuição para o interior, até os municípios, que executam efetivamente a vacinação”.

No plano preliminar de vacinação do governo brasileiro, divulgado na semana passada, a campanha começaria apenas em março.

PRESOS SEM PRIORIDADE

No fim da tarde de ontem, o ministério divulgou uma nota afirmando que o plano de imunização definitivo “será apresentado em breve”. No mesmo comunicado, a pasta apresentou um slide que confirma a exclusão de pessoas privadas de liberdade dos grupos prioritários de vacinação, conforme informou o colunista do GLOBO Lauro Jardim.

A decisão de retirar os detentos do grupo prioritário não teve o aval da responsável pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI), Francieli Fantinato. Interlocutores ouvidos pelo GLOBO afirmam que somente depois que a mudança foi tornada pública é que o comando da pasta pediu que fosse elaborada uma justificativa técnica para excluir os presos. Fantinato manifestou a colegas que é contra a medida e que se recusava a elaborar qualquer justificativa para a decisão, segundo esses interlocutores. Internamente, ela comunicou que a manutenção dos presos no plano era “importantíssima” porque eles fazem parte dos chamados grupos de risco.

A preocupação com a saúde de detentos e demais pessoas privadas de liberdade vem sendo expressada por diversas entidades que atuam na defesa dos direitos humanos e por órgãos como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desde o início da epidemia. O temor é que a doença se espalhe entre os presos, muitas vezes submetidos a condições degradantes e com deficiências em seus sistemas imunológicos.

Procurado, o Ministério da Saúde afirmou em nota que a pasta ainda está definindo os grupos e que não há estudos suficientes para classificar detentos e outras pessoas privadas de liberdade como prioritários para a imunização contra a Covid-19.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 10/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF
Título: MP vai reduzir burocracia para abrir empresas **Impacto:** Neutro

O GLOBO | Quinta-feira 10.12.2020

Economia | 29

MP vai reduzir burocracia para abrir empresas

Equipe econômica finaliza novas regras para reduzir número de procedimentos e de dias necessários para iniciar negócios no país. A medida, que dá continuidade à Lei de Liberdade Econômica, aguarda edição pelo presidente

MANOEL VENTURA
manuel.ventura@bz.oglobo.com.br
BRASIL

O Ministério da Economia concluiu uma nova medida provisória (MP) com o objetivo de facilitar a abertura de empresas, dentro do programa de desburocratização de atividades econômicas no país. As novas regras, que já estão no Planalto à espera da edição pelo presidente Jair Bolsonaro, vêm sendo tratadas internamente no ministério como uma continuação da Lei de Liberdade Econômica, aprovada no ano passado.

O objetivo da medida é diminuir o número de dias e o total de procedimentos exigidos hoje para o registro e legalização das atividades de empreendedores e pessoas jurídicas no país. Para técnicos do governo, tornar mais simples e ágil o processo de abertura de empresas no Brasil pode

criar um ambiente mais favorável aos negócios e estimular novos investimentos.

A medida também faz parte das tentativas do governo de melhorar a posição do Brasil no ranking "Doing Business", do Banco Mundial, que mede o ambiente de negócios em 190 países e atualmente passa por uma revisão. O Brasil hoje está na 124ª posição. De acordo com a pesquisa, são em média 11 procedimentos necessários e 17 dias para abrir uma empresa por aqui. Na Nova Zelândia, que lidera o ranking, bastam 12 horas e um único procedimento.

LICENÇAS SEM PRAZO

Para o governo, a abertura de empresas precisa passar por uma desburocratização "urgente", que tenha impacto positivo nos custos e no número de dias necessários para legalizar um negócio. A MP estabelece que "sempre que possi-



Papelada. Área de comércio no Centro do Rio: governo espera que redução de exigências estimule empreendimentos

vel", licenças, alvarás e demais atos públicos de liberação, relativos à operação do estabelecimento empresarial terão vigência indeterminada. Hoje, essas licenças têm prazo fixado e precisam ser renovadas.

A MP também diz que, casos em que o grau de risco da atividade seja considerado

médio, o alvará de funcionamento e as licenças serão emitidos automaticamente, sem análise humana, por intermédio de sistema responsável pela integração dos órgãos e entidades de registro. A regulamentação desse processo será feita mais à frente. A Lei da Liberdade Econô-

mica já dispensou o alvará para atividades de baixo risco. Para atividades de alto risco, permanece a determinação de que licenças e alvarás são condicionados a vistorias preliminares.

Outra medida trazida pela MP é a possibilidade de utilizar o número de inscrição no

CNPJ como Razão Social. Com isso, o governo elimina a etapa da análise prévia do chamado nome empresarial do processo de registro e legalização. O objetivo também é deixar o processo mais rápido.

O governo considera que o registro da Razão Social é responsável por um número significativo de exigências no âmbito das Juntas Comerciais e, por consequência, um aumento no número de dias para o arquivamento de atos empresariais, principalmente atos de constituição.

A MP também permite que o trabalho de tradutor juramentado possa ser feito em todo o país e estabelece concurso nacional para esse ofício. Hoje, a validade dos concursos é estadual. As pessoas concursadas e matriculadas hoje como tradutores públicos continuarão no exercício do seu ofício e poderão atuar em todo o território nacional.

MEDIDAS JÁ ANUNCIADAS PELO GOVERNO PARA MELHORAR O AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Lei da Liberdade Econômica

A lei trouxe uma série de novas regras para facilitar a abertura e a gestão de negócios, como a criação da carteira de trabalho digital, a flexibilização do registro do ponto de empregados, a liberação

de horários de funcionamento de estabelecimentos e facilidades no arquivamento e autenticação de documentos.

Dispensa de alvará

Negócios considerados de baixo

risco ficaram dispensados de licença, autorização e alvará para funcionar. São 289 atividades que se encaixam nesse critério.

Biometria facial

Uma solução de biometria facial

desenvolvida em parceria com a Junta Comercial do Rio de Janeiro passa a permitir procedimentos como abertura, alterações de registro e demais operações para empresas sejam feitas com acesso de empreendedores e contabilistas pelo próprio celular.

Simplificação da autorização de filiais estrangeiras no país

O registro de filial de empresas estrangeiras no país foi digitalizado. A expectativa de redução do prazo de obtenção da autorização é de 45 para 3 dias.

Digitalização de serviços públicos

O governo federal digitalizou mais de mil serviços públicos. Hoje, há 81,2 milhões de usuários do portal da União, segundo o Ministério da Economia.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 10/12/20 - **Cidade/UF:** DF
Título: Receita menor com tributos adiados na covid indica inadimplência de empresas **Impacto:** Neutro

FOLHA DE SÃO PAULO ***

QUINTA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO DE 2020 A15

mercado

Receita menor com tributos adiados na Covid indica inadimplência de empresas

Fisco recolhe menos que o previsto, e números sinalizam desaceleração na retomada, mostra Ibre/FGV

Fábio Pupo

BRASÍLIA A Receita Federal não conseguiu recolher todos os impostos que eram esperados para outubro após adiamento de tributos feito ao longo dos últimos meses.

A frustração reforça cenário de incertezas sobre arrecadação mesmo após o respiro dado pelo governo federal durante a pandemia.

Dados levantados pelo Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), a partir de informações fornecidas pela Receita, apontam que o fisco esperava obter R\$ 227 bilhões em outubro com os tributos diferenciados em meses anteriores, mas arrecadou só R\$ 16,2 bilhões.

A diferença seria o suficiente para pagar 25 milhões de parcelas do auxílio emergencial de R\$ 300.

Em agosto, também houve uma diferença aproximada de R\$ 7 bilhões entre o que era esperado em tributos aditados em meses anteriores e o que foi realmente obtido.

Juliana Damasceno, especialista em contas públicas do Ibre/FGV, afirma que os números indicam que empresas estão deixando de pagar impostos e dando prioridade ao custeio de suas atividades.

"A gente consegue ver uma certa inadimplência", disse. Para a pesquisadora, contrastam para o movimento a redução do auxílio emergencial de R\$ 600 para R\$ 300 e a perspectiva de término do programa em dezembro.

"Tudo isso é de certa forma antecipado e se reflete em decisões de empresas, como em investimento, contratação e demissão", disse. Segundo ela, em momentos de crise, empresários preferem preservar suas atividades a pagar tributos.

"Postergar pagamento de imposto e a forma mais rápida e fácil de uma empresa se financiar a curto prazo, porque ela prioriza pagamento de mão de obra, fornecedores e matéria-prima", afirmou Damasceno, que vê sinais de desaceleração da retomada.

Mesmo abaixo do esperado, os números mensais de arrecadação têm inflado a comparação entre a arrecadação deste ano e a de 2019.

Considerando dados brutos, o avanço das receitas administradas registradas sem efeitos de diferimento no ano de 2020 em relação ao mesmo período de 2019 foi de 1,3%, 1,74% e 12,31% na comparação com um ano anterior, respectivamente.

Já na análise sem os efeitos de pagamentos de impostos adiados, o avanço cairia em termos reais para 0,06%, 0,1% e 0,1%, já considerando mínimos atualizados pela inflação.

Na visão da Receita, os números são influenciados pelo movimento de empresas buscando as chamadas compensações tributárias, quando abatem dívidas tributárias de créditos a que têm direito perante o fisco. De janeiro a outubro, o uso das compensações passa de R\$ 130 bilhões.

O cenário de arrecadação ainda incerto é comentado também pelo governo, inclusive como um fator de dificuldade para calcular os números fiscais do próximo ano.

Intelectuais do Ministério da Economia disseram recentemente que ainda não seria

possível estabelecer uma meta fixa de resultado primário para 2021, como requisitado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), porque a dificuldade de prever números fiscais depois da chegada da pandemia ao país permaneceu.

Apesar de ver sinais de recuperação na arrecadação, interlocutores da pasta dizem que ainda não há total clareza sobre os efeitos do coronavírus na economia e sobre as consequências disso para o recolhimento nos próximos meses.

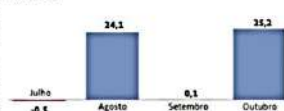
Diante do cenário de dificuldade das empresas, o próprio ministro Paulo Guedes (Economia) já chegou a afirmar a empresários durante a pandemia que o mínimo a ser feito para facilitar a vida dos empreendedores seria o parcelamento dos impostos adiados.

Mas a pasta tem afirmado que as possibilidades de renegociação existentes hoje dispensam um projeto de reestruturação e específico para a crise da Covid-19. A solução a ser buscada para reverter as condições de dívida seria o programa de transição tributária, criado pela lei do contribuinte legal em abril deste ano.

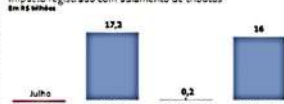
Mesmo assim, congressistas tentam apressar a votação de um projeto de lei que cria o chamado Refis da Covid para parcelar tributos postergados. Cerca de R\$ 48 bilhões em tributos deixaram de ser

Influência da crise da Covid na arrecadação, em 2020

Previsão de impacto com adiamentos de tributos em R\$ bilhões



Impacto registrado com adiamento de tributos em R\$ bilhões



Receitas administradas registradas sem efeitos de diferimento no ano em R\$ bilhões



*Dados em julho. Fonte: Receita Federal.

“Postergar pagamento de imposto é a forma mais rápida e fácil de uma empresa se financiar a curto prazo”

Juliana Damasceno, especialista em contas públicas do Ibre/FGV



pagos até outubro.

Os técnicos da Economia são contrários à criação de um programa específico de renegociação dos tributos adiados. Segundo avaliam, a medida iria aprofundar ainda mais o endividamento do país.

Há uma agravante. Conforme mostrou a Folha, se o Refis da Covid ficar para 2021, será preciso compensar com novas receitas. Para os técnicos de Guedes, a única saída, nesse caso, seria a criação de novos impostos.

O ministro afirmou na terça-feira (8) que em momentos de crise os conteúdos e a judicialização relacionadas a impostos aumentam.

"Quem tem poder político consegue as senhas e as desonerações, já quem tem poder econômico consegue os conteúdos, pra quem pagar R\$ 100 milhões a um escritório de advocacia a R\$ 1 bilhão ao Tesouro", afirmou.

É normal que, se a economia ainda errado, pressione excessivamente o Judiciário e o Legislativo. Essa indústria chave ligação entre direito e economia se manifestou na pandemia com muito vigor".

Apesar disso, a equipe econômica ainda expressa otimismo com a recuperação.

Sérgio Gadelha, secretário de Modelos e Projetos Econômico-Fiscais da SFI (Secretaria de Política Econômica) do Ministério da Economia, afirmou que os números recentes da atividade mostram sinais de retomada, o que tende a beneficiar a arrecadação.

"Os dados destacam que a melhora em varejo e indústria, acompanhada de medidas de maior flexibilização de isolamento, indicam forte expansão, o que impactará de forma positiva a arrecadação federal", disse recentemente.

ONG PROTESTA EM BRASÍLIA CONTRA FIM DO AUXÍLIO
O governo do Distrito Federal retirou um barraco montado no gramado na frente do Congresso Nacional (foto) nesta quarta-feira (9), armado em protesto contra o fim do auxílio emergencial, a última garantia do benefício e referente ao mês de dezembro, a intenção da manifestação, segundo o presidente da Rio de Paz, Antônio Carlos Costa, 58, era simular uma pequena favela, além de uma mesa com pratos vazios, simbolizando a pobreza e a fome no Brasil, em nota, a Secretaria DF Legal afirmou que a montagem de estruturas só é viável após autorização da administração regional e que é vedado o uso das áreas públicas da Esplanada dos Ministérios e da praça dos Três Poderes para qualquer tipo de acampamento

Foto: Luciano Felgueiras

Guedes diz que dará 'forte sinal' para cortar subsídios ainda em 2020

Fábio Pupo

BRASÍLIA A 23 dias do fim do ano, o ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que planeja transmitir um "forte sinal" ainda em 2020 sobre o compromisso com as contas públicas. Segundo ele, a intenção é reduzir subsídios e gastos tributários.

"Acho que, antes do fim do ano, vamos dar um forte sinal de que estamos promovendo a agenda fiscal. Estamos enviando um forte sinal para reduzir subsídios e gastos tributários", disse em vídeo gravado na véspera de divulgação nesta quarta-feira (10) durante evento virtual.

Ele afirma que outra mensagem sobre o compromisso fiscal é o fim do auxílio emergencial em dezembro. Esta mensagem é enviada em um momento em que análises colocam em dúvida o real avanço da agenda de reformas e vem incertezas sobre o cenário econômico.

"Tivemos um grande ano em 2019, com a reforma da Previdência. Depois tivemos um dramático segundo ano. E a grande pergunta é o que acontece agora. Vamos voltar às reformas estruturais."

O governo já prometeu rever diferentes gastos tributários ao longo dos últimos dois anos, mas mostrou pouco avanço no tema.

Uma das propostas do governo que reduziria esses subsídios foi a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), que eliminaria di-

ferentes regimes especiais de tributação e acabou escuteado pela Câmara.

Além disso, o governo chegou a vetar a prorrogação da desoneração da folha de 17 setores, mas a medida foi derrubada pelos parlamentares.

Outras agendas também ficaram comprometidas. Guedes já declarou publicamente estar frustrado por não vender nenhuma estatal controlada diretamente pelo Tesouro.

Mais recentemente, o pacto fiscal do ministro, considerado pela equipe econômica como crucial para reverter despesas, foi deixado ao relator, o senador Marco Bitar (MDB-AC). As 57 páginas propostas por Guedes viraram 8 nas mãos do parlamentar.

A desidratção aconteceu após mais de um ano de tramitação das propostas de fucões, comprometidas por fatores como falhas de articulação do Executivo e briga entre o

governo e presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Somado ao ritmo das reformas, permanecem incertezas sobre os rumos da política fiscal do país a partir do ano que vem, considerando o cenário de dívidas sobre a arrecadação, risco de despesas extraordinárias continuarem e tentativas de contornar regras fiscais.

O cenário tem impulsionado a percepção de risco sentida pelo mercado e, em consequência, aumentado a taxa de juros cobrada pelos investidores para emprestar ao governo em prazos mais longos.

Atuais cobradas do governo brasileiro no médio prazo (a partir de dois anos) estão acima de países emergentes como Chile, Colômbia e México. Em títulos que vencem daqui a 10 anos, por exemplo, as taxas cobradas do governo não colocou nenhuma de pé até hoje", afirmou Maia.

Promessas de ministro dariam 'um livro com 3 volumes', afirma Maia

BRASÍLIA O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), criticou nesta quarta-feira (9) a quantidade de promessas não cumpridas pela equipe econômica. Maia e o ministro Paulo Guedes (Economia) travam um embate público após desentendimentos nas negociações de patatas econômicas.

"Acho que não tem agenda. Não tem agenda para a vacância (contra a Covid-19). Não tem agenda para os mais pobres. Não tem agenda para recuperação econômica, para a geração de empregos. Você consegue fazer um livro com três volumes das promessas que a equipe econômica fez e não colocou nenhuma de pé até hoje", afirmou Maia.

Maia voltou a cobrar do governo para que a PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, que prevê medidas temporárias de corte de despesas, seja aprovada no Congresso.

O projeto está parado no Senado desde o ano passado. Em tom irônico, ele disse que levaria um bolo à Câmara em alusão ao período de um ano desde que o governo prometeu votar a PEC.

Maia não quis comentar a desidratção da proposta em negociação no Senado, o que reduz os efeitos na economia de despesas públicas.

Ele afirmou estar disposto a colocar o projeto em votação na Câmara em janeiro, se o Senado concluir a análise do texto em dezembro.

Maia voltou a dizer que não colocará em votação propostas de prorrogação do estado de calamidade e o Orçamento de Guerra. Thiago Resende

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 10/12/20 - **Cidade/UF:** DF
Título: Sob pressão, Pazuello acena com vacinação em dezembro ou janeiro **Impacto:** Neutro

saúde

Sob pressão, Pazuello acena com vacinação em dezembro ou janeiro

FOLHA DE S.PAULO ***
QUINTA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO DE 2020 81

Enquanto Reino Unido vacina e SP promete imunizar em janeiro, governo federal não tem plano

Renato Machado e Luciana Coelho

BRASÍLIA E SÃO PAULO Com os primeiros países iniciando ou anunciando campanhas de vacinação e o governador João Dória (PSDB) dizendo que pretende iniciar a imunização em São Paulo no fim de janeiro, o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, afirmou nesta quarta-feira (9) que é possível começar a aplicar as primeiras doses da vacina contra a Covid-19 oferecida pelo governo federal em dezembro ou janeiro, em caráter restrito. A declaração, em entrevista ao canal CNN Brasil, contrasta com a afirmação do próprio ministro na véspera, a governadores, de que a aprovação de qualquer vacina contra Covid-19 pela Anvisa levaria dois dias. Sem o aval da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nenhum imunizante pode ser aplicado.



O ministro da Saúde Eduardo Pazuello em sua posse. *Luiz Nishiyama - 16.08.2019*

Contraria, ainda, com uma série de incógnitas relacionadas aos imunizantes, que vão de falta de contrato à falta de comprovação de eficácia. "O uso emergencial pode acontecer agora em dezembro, em hipótese, se nós fecharmos o contrato com a Pfizer", disse o ministro na entrevista desta quarta. "O 'se' é porque o contrato está sendo fechado. [...] Se a Pfizer conseguir autorização emergencial e a Pfizer nos ajudar alguma entrega, isso pode acontecer em janeiro, final de dezembro". Pazuello acrescentou que, se uma série de variáveis se alinharem favoravelmente, a imunização pode começar em janeiro ou fevereiro — a eventual vacinação em dezembro ainda não constituiria uma campanha, segundo o ministro, mas a aplicação de "quantidade pequenas, que são de uso emergencial". A vacina da Pfizer, com 95% de eficácia atestada, é a única já em uso no mundo — o Reino Unido começou a aplicá-la na terça (8). Entretanto, só passou a ser negociada pelo governo nesta semana.

O imunizante nacional do governo investiu R\$ 10 bilhões, desenvolvido pela AstraZeneca em uma Universidade de Oxford e que será fabricado na Fiocruz, enfrentou questionamentos sobre sua eficácia após erros de procedimento. Por fim, a vacina da chinesa Sinovac, a Coronavac, fechou contrato com o governo

apresentado até o momento. "Plano apresentado pelo Ministério da Saúde é um saquinho vazio que não para em nenhum tempo de vacinar toda a população, não tem data pra começar, não tem seringa para aplicar", disse o deputado federal Alexandre Padilha (PT-SP), que é médico e encabeça a pasta de 2021 a 2024. Por ora, as quatro etapas apresentadas pelo governo visam, além dos grupos citados, maiores de 60 anos e doentes crônicos, cujas condições aumentam o risco de morte por Covid, além de professores e profissionais de segurança (incluída no primeiro momento, a população encarcerada foi retirada do plano). As doses já garantidas de vacina tampouco são suficientes para contemplar os 200 milhões de brasileiros.

Os imunizantes considerados até agora precisam de dias a mais para ser produzidos em cada pessoa para ter efeito, o que eleva a demanda nacional para cerca de 400 milhões de doses. Pazuello afirmou à CNN que poderia também adquirir doses antecipadas do Instituto Butantan ou da AstraZeneca, mas nenhum dos dois imunizantes foi certificado ainda. Resta dúvida, ainda, se o acesso do ministro à vacina

179.032 mortes
País registra 848 novos óbitos entre terça e quarta

6.730.318 casos
Mais 14.203 infecções foram detectadas em 24 horas

ra possibilitar que a indústria nacional atenda a demanda. "Não adianta todo mundo decidir comprar os insumos sem definir qual o volume de vacinas que eu vou ter. O ponto de partida para os fabricantes de insumos, principalmente de seringas, é a previsão de vacinas", afirmou, acrescentando que há encomenda de 30 milhões de seringas pelo governo federal e que a soma soma a demanda dos estados.

Bolsonaro faz piada homofóbica e ergue sua gestão na crise

BRASÍLIA Um vídeo que viralizou nesta quarta-feira (9) em que o presidente Jair Bolsonaro aparece fazendo piada em relação à Covid-19 foi extraído de uma gravação realizada em 27 de novembro. Em um trecho compartilhado nas redes sociais, Bolsonaro fala, com a voz fina: "Estou com Covid. Tem muita gente indo pra lá tomar [...] estou com Covid". Na ocasião do registro do vídeo, há cerca de duas semanas, o presidente fez uma piada homofóbica sobre um tratamento sem eficácia comprovada contra o coronavírus desenvolvido pelo prefeito de Itajaí (SC), Volnei Morastoni (MDB). Em 3 de agosto, em uma live no Facebook, Morastoni anunciou que o município catarinense passaria a oferecer um "ambulatório de ozônio", onde os pacientes com Covid-19 poderiam realizar a chamada ozonioterapia, que seria aplicada via retal.

No vídeo completo, transmitido por um site bolsonarista, o presidente conversa com apoiadores no Palácio da Alvorada. Ele diz que deve viajar para Itajaí antes do Natal, mas adianta, rindo, que não vai "tomar ozônio". "O prefeito falou que cura Covid com ozônio, não pergunta onde é a aplicação, não", complementa Bolsonaro, que usa um tom de voz fino para concluir: "Tinha muita gente indo pra lá tomar [ozônio]. Estou com Covid!". Nesta quarta, Bolsonaro fez uma espécie de balanço de fim de ano, disse que se prepararia para imitar ao menos um terço da população até o fim do primeiro semestre e mais da metade da população até o final de 2021. Depois, o governo passou a negociar a compra de 70 milhões de doses da Pfizer, o número chegaria a quase 1/3 dos brasileiros. Para tanto, é preciso solucionar a logística dos insumos. Ao Congresso, o secretário executivo da Associação Brasileira da Indústria de Articulamentos, Órteses, Próteses e Aparelhagens (Apro), defendeu que o governo federal centralize a compra pa-

Bolsonaro reage a pressão de Doria, mas de forma confusa

ANÁLISE
Igor Gielow
São Paulo — A pressão proporcionada pelo anúncio do plano de vacinação de São Paulo jogou o governo Jair Bolsonaro numa espiral de orientações e declarações contraditórias acerca da campanha de imunização contra a Covid-19. O sentimento no governo federal, como defluiu um ministro integrante dele, é de "baratazo". O jargão brasileiro indica que estão todos perdidos, sendo levados pelos fatos. Tanto é assim que esse mesmo auxiliar de Bolsonaro mencionou a notícia da demissão do ministro do Turismo, na tarde desta quarta (9), por que ao menos momentaneamente tirou das manchetes a confusão sobre a vacina.

A reatividade do Planalto é baseada no antídoto bem do presidente, que foi da "gritaria" à crítica aos "maricacas" que o temem, para usar suas expressões, combinado ao temor de perda de popularidade. Um analista de pesquisas políticas com trânsito no Planalto alertou recentemente o governo de que "o povo quer vacina", e é que até aqui o governador João Dória (PSDB) estava mais bem posicionado no tema do que Bolsonaro. Assim, a proposta da Pfizer ao governo dormiu por cerca de dois meses na gaveta do Ministério da Saúde, que basicamente descartou o imunizante de forma liminar devido às dificuldades logísticas que seu transporte e conservação a 70 graus negativos impõem.

Com o crescente impacto político-anoúncio de Dória, assessores de Bolsonaro ponderaram ao presidente que era necessário dar uma resposta. Na tarde da segunda (7), horas depois do plano paulista surgir, foi determinado que a conversa com a Pfizer começasse. Isso surgiu, à noite, a informação de que o Brasil negociava mais 70 milhões de doses do imunizante. Nenhuma palavra sobre as geladeiras turbinadas, que de resto podem ser focalizadas em centros urbanos, deixando para outras eventualidades vacinas que aceitam temperaturas maiores (AstraZeneca e Coronavac, por exemplo, se forem mesmo eficazes).

Sem ceder à chinesa Coronavac, baseada pelo tacarão, que ele já havia espezinhado, Bolsonaro também deu uma declaração mais positiva sobre vacinas, afirmando que as garantiria à população em encontro com Paulo Guedes (Economia). Ocorre que a essa altura, preço e disponibilidade dos fármacos são diversos do que há alguns meses.

Como dizem especialistas, a questão é que o Brasil precisa de várias vacinas para dar conta de sua demanda de 400 milhões de doses. Politicamente, o recibo foi passado. Na reunião da manhã seguinte, na terça (8), entre o ministro Eduardo Pazuello (Saúde) e governadores, o mal estar era generalizado. Dória e o ministro bateram boca, alguns governadores se disseram temerosos do efeito da rixa para suas populações. Já nesta quarta (9), o tom foi de um cinismo com malabarismo verbal. O general Pazuello, cujo permanência no serviço ativo desagradou a cúpula do Exército pelo temor de desgastar por associação, passou a falar em dezembro como uma vacinação emergencial.

Na véspera, havia dito que seriam precisos 60 dias para aprovar uma vacina na Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Esta com a cabeça no imunitário da AstraZeneca, Universidade de Oxford, principal acordo da União até aqui (200 milhões de doses, mais 800 milhões que podem ser produzidas pela Fiocruz), que só de estar liberado para registro no fim do mês. Se quis dizer que era um registro definitivo, bastava ter sido claro não ter gerado a má repercussão entre os governadores — ao fim, os primeiros a receber qualquer vacina seriam exatamente os mesmos grupos de um esquema regular ou de emergência. No governo paulista, a palavra de ordem era o reticente. Ninguém sacou ainda a lei aprovada no início da pandemia que garante a aplicação de vacinas aprovadas no exterior (por agências dos EUA, da União Europeia, da China ou do Japão) mesmo que a Anvisa não autorize, mas o instrumento polêmico está à mão caso necessário.

Ele tem problemas de redação, não fica claro se autorização de aplicação seria para uso emergencial ou definitivo, e nem quem bancaria a decisão — supõe-se que o próprio estado. A equipe de Dória tem minimizado críticas sobre sua jogada na segunda, de que deveria ter esperado a eficácia da Coronavac para divulgar o plano de vacinação. Se de fato os estudos indicarem que ela é alta, a jogada sobre Bolsonaro terá virado. E terá um instrumento único entre os estados do país. Mas o jogo está longe de acabar, no que interessa, que é a saúde pública, envolve uma logística nacional e a necessidade imperativa de o governo federal assumir algum rumo para a crise. De ponto de vista político, a prévia da campanha de 2021 já está em curso, com riscos por ora bem mais definidos para Bolsonaro do que para Dória.

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 10/12/20 - Cidade/UF: DF

Título: BC mantém Selic em 2% ao ano, mas já prepara terreno para alta no ano que vem Impacto: Neutro

B1 | QUINTA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO DE 2020

INCLUI CLASSIFICADOS

O ESTADO DE S. PAULO

E&N

ECONOMIA & NEGÓCIOS

**IMÓVEL.
SÓLIDO COMO SEMPRE,
SEGURO COMO NUNCA
E COM A MENOR TAXA
DE JUROS DA HISTÓRIA.**

TEGRA
INCORPORADORA

imóvels com personalidade

Confira nossos imóveis em tegraincorporadora.com.br
ou ligue para (011) 3197-2980.

Política monetária. Apesar da aceleração das taxas de inflação, Banco Central deixa juro básico no mesmo nível pela terceira vez consecutiva; porém, no comunicado do Copom foi retirada expressão técnica que, na prática, permite a possível elevação da taxa

BC mantém Selic em 2% ao ano, mas já prepara terreno para alta no ano que vem

Fabrizio de Castro
Eduardo Rodrigues | BRASÍLIA

Apesar da aceleração recente da inflação, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu ontem, por unanimidade, manter a Selic (a taxa básica de juros) em 2% ao ano. Esta é a terceira vez que a Selic não sofre alteração, após nove cortes consecutivos. Com isso, a taxa se manteve no menor nível da série histórica do Copom, iniciada em junho de 1996. Em seu comunicado, no entanto, o BC preparou o terreno para possível elevação dos juros em 2021.

O motivo é que as projeções de inflação estão se aproximando das metas perseguidas pelo BC nos próximos anos. Com isso, a avaliação é de que a instituição poderá acabar com o chamado forward guidance (ou prescrição futura, na tradução do inglês).

Adotado em agosto, o forward guidance é uma indicação técnica

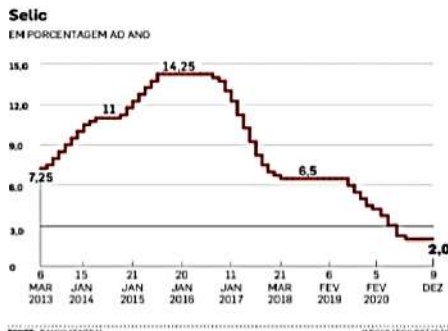
do BC de que não pretende elevar os juros se a inflação seguir sob controle e o risco fiscal não se alterar. O problema é que, nos últimos meses, a inflação ao consumidor está mais salgada, puxada por aumentos de preços em itens como alimentos e energia. O IPCA - índice oficial de inflação - fechou novembro com alta de 0,89%. Esse foi o maior percentual para o mês desde 2015. Em 12 meses, a inflação acumulada já chega a 4,31%.

Ao avaliar o cenário, o BC afirmou que "em breve, as condições para a manutenção do forward guidance podem não mais ser satisfeitas". Na prática, se retirar esse ponto técnico de suas comunicações, o BC ficará mais livre para elevar os juros se achar necessário.

"A desancoragem das expectativas pode ser um problema para manter a inflação na meta no futuro", avaliou o economista-chefe da Genial Investimentos, José Márcio Camargo. "O Banco Central está tornando o comunicado mais duro, para evitar que o aumento da inflação de 12 meses,

SEM MUDANÇAS

● Taxa básica de juros fica a mesma pela terceira vez seguida



que vai ficar acima da meta nesse período, acabe contaminando e desancorando as expectativas."

No mercado financeiro, a expectativa de alta de juros em 2021 já é

uma realidade. De um total de 47 instituições consultadas pelo Projeções Broadcast, todas esperavam pela manutenção da Selic em 2% ao ano ontem. Porém, questão

nadas sobre o valor da taxa básica no fim de 2021, as casas citaram percentuais entre 2% e 4,75%.

No Relatório de Mercado Focus, que compila as projeções das instituições financeiras, a expectativa é de que a Selic suba para 2,25% em agosto do próximo ano. O mês marcaria o início do ciclo de alta de juros. Mas pelo menos uma instituição, conforme o Focus, espera por uma elevação já em janeiro. Esses cálculos foram feitos antes da decisão de ontem.

No comunicado, o BC também alterou suas projeções para a inflação em 2020, de 3,1% para 4,3%. O valor já está acima do centro da meta perseguida, de 4% - a margem de tolerância é de 1,5 ponto percentual (índice de 2,50% a 5,50%). No caso de 2021, o BC elevou a projeção de inflação de 3,1% para 3,4% e, em 2022, de 3,3% para 3,4%. Como a meta de 2022 é de 3,50%, o percentual de 3,4% já estaria bem próximo do desejado - esse é mais um fator que pode contribuir para o BC elevar os juros em 2021.

Com a Selic a 2% ao ano, o Brasil

vem sustentando uma situação incomum em sua história: a de figurar entre os países com os juros reais (descontada a inflação) mais baixos do mundo. Cálculos do site MoneYou e da Infinity Asset Management indicam que o juro real brasileiro está em -1,69% ao ano.

Vacinas. Enquanto o presidente Jair Bolsonaro adota um discurso dubio em relação à adoção das vacinas contra a covid-19, que começam a ser aplicadas em outros países, o BC avaliou de forma positiva a possibilidade de imunização. No comunicado, ao analisar a economia global, a instituição afirmou que "os resultados promissores nos testes das vacinas tendem a trazer melhora da confiança e normalização da atividade no médio prazo". / COLABOROU ALTAMIRO SILVA JUNIOR

Economistas antecipam aposta para alta dos juros
Pág. B4

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 10/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF
Título: Reforma do Estado deveria incluir todas as carreiras **Impacto:** Neutro

2 |

Opinião do GLOBO

Reforma do Estado deveria incluir todas as carreiras

Pesquisa revela apoio elevado no Congresso a mudanças que também atingem a elite do funcionalismo

A proposta de reforma administrativa encaminhada pelo Executivo ao Congresso foi um avanço, mas é tímida em vários aspectos. Poupa os servidores da ativa, conserva regalias em carreiras tidas como “típicas de Estado” (como auditores, policiais ou diplomatas) e mantém intocados aqueles identificados como “membros de Poder” (juizes, promotores, procuradores ou parlamentares).

É verdade que uma reforma dessa natureza tem vários objetivos. Entre os principais, conferir racionalidade à gestão do pessoal, melhorar a qualidade do serviço público e reduzir o desperdício de recursos que faz do Estado brasileiro um dos mais caros e ineficientes do mundo. Mas simplesmente não há lógica em promover mudanças que, para as categorias que formam a elite do funcionalismo, preservam os privilégios mais absurdos (como férias com mais de 30 dias, promoções automáticas ou aposentadoria como punição).

Um dos argumentos usados pelo

governo é que a manutenção facilitaria a tramitação do texto, pois pouparia os parlamentares da pressão das corporações incrustadas no Estado, sempre alertas para resistir a mudanças. Ora, trata-se de um argumento frágil, como demonstra uma pesquisa realizada pelo Instituto FSB com 170 parlamentares (143 deputados e 27 senadores, distribuídos proporcionalmente às bancadas partidárias).

Nada menos que 73% da amostra se disseram contra deixar de fora das novas regras do funcionalismo juizes, procuradores, promotores, parlamentares e militares. Para 72%, deve ser criado um novo modelo de avaliação de desempenho com a possibilidade de demissão. Para 57%, devem acabar, em todas as carreiras, a promoção automática por tempo de serviço e as férias de mais de 30 dias. Mesmo o fim da estabilidade, que costuma sofrer resistência feroz das corporações do funcionalismo, é apoiado por 54% (com exceção das carreiras típicas de Estado, para as quais o mais razo-

ável mesmo seria vigorar uma regra própria, capaz de proteger os funcionários de ameaças para garantir sua independência).

No geral, 62% dos congressistas se disseram favoráveis à reforma (64% na Câmara e 53% no Senado). Sempre se pode argumentar que a amostra não é representativa, que os parlamentares evitam responder de modo honesto ou que, na hora de votarem para valer, as pressões corporativas se farão sentir com mais força. Mesmo assim, o nível de apoio a um tema que sempre foi visto como “difícil” ou “polêmico” é uma notícia positiva.

Trata-se de um motivo bastante persuasivo não apenas para que Executivo e Legislativo deem prioridade máxima à reforma, mas para que ela contemple todas as categorias de servidores. Por que mesmo o governo demora tanto para acelerar a votação? A única explicação plausível é que o presidente Jair Bolsonaro não acredita na reforma ou não quer pagar seu custo político. O custo social e econômico da omissão em tema tão urgente será bem maior.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 10/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF
Título: General não sabe preparar a guerra **Impacto:** Neutro

26 | Economia

Quinta-feira 10.12.2020 | O GLOBO

MÍRIAM LEITÃO



oglobo.com.br/economia/miriamleitao
miriamleitao@oglobo.com.br
Com Alvaro Gribel (de São Paulo)



General não sabe preparar a guerra

O general está errando na estratégia de guerra e falhando na execução de sua missão. Ao ministro general Eduardo Pazuello foi entregue a tarefa de proteger a saúde dos brasileiros em plena pandemia. Isso é uma guerra. O inimigo é altamente letal, já foram 179 mil os brasileiros mortos. Pazuello deveria usar toda a munição e todas as armas disponíveis, mas escolheu apenas algumas. Ele nos desarma diante de inimigo perigoso ao desprezar a vacina do Instituto Butantan e demonstra ter dúvidas se haverá demanda por proteção entre as potenciais vítimas do coronavírus.

Ontem Pazuello tentou consertar o que ha-

via dito na véspera, mas os últimos dias foram esclarecedores para quem tinha alguma dúvida de que o governo escolheu mal o general desta guerra. E escolheu mal porque o próprio presidente demonstra não se importar com os efeitos da pandemia, desde o começo.

Na reunião com os governadores na terça-feira ficaram claros os erros de estratégia, de avaliação, de planejamento e de logística do ministro da Saúde. Diante de um inimigo perigoso e desconhecido, um bom comandante não faz o que ele fez. Até agora ele escolheu uma única vacina, a Oxford AstraZeneca, e admitiu comprar a da Pfizer. Só que ele mesmo disse que as quantidades de vacinas que os laboratórios podem oferecer são "pifias". Nesse contexto de escassez de oferta, fica ainda mais difícil entender por que ele desfez o acordo que havia firmado em outubro com a vacina Coronavac. Na briga com o governador de São Paulo, João Dória, Pazuello disse que o Instituto Butantan não é de São Paulo, e sim brasileiro. A verdade é que ele é administrativamente paulista porque há um século foi fundado pelo governo de São Paulo. Ao mesmo tempo, é de todo o país pela confiança que a população brasileira tem no nosso maior fabricante de vacinas. Mas, diante da afirmação de Pazuello, ficou mais claro que o governador João Dória fez a pergunta certa. Por que discriminar a vacina na qual trabalha o

Instituto Butantan?

Todo general sabe, por dever de ofício e longo treinamento, que é preciso, numa guerra, manter a união. Pazuello até falou que não devemos nos dividir. Perfeito. Mas quem tem dividido o país desde o começo é o presidente. Ou é preciso lembrar as vezes em que ele atacou governadores? A demora de tomada de decisão do governo federal está provocando essa divisão, com cidades e estados indo procurar diretamente a forma de proteger sua população. O prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, procurou o governo de São Paulo. Vários governos estaduais, também. O governador Flávio Dino foi ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Se o ministro tivesse desde o começo assumido o papel de liderança que o governo federal sempre teve em programas de imunização, se mantivesse diálogo contínuo com os governadores, se tivesse mostrado senso de urgência e discernimento, não precisaria pedir por unidade. Ela aconteceria naturalmente e sob o comando do Ministério da Saúde. Quando os governadores

pedem uma reunião com o ministro para discutir o programa nacional contra o coronavírus é a prova de falha da liderança. O ministro já deveria ter transformado esses encontros em rotina, deveria ter apresentado seu programa, deveria ter adotado a estratégia comum em todos os países de apostar em várias vacinas viáveis. Ou seja, seu dever no cumprimento da missão era usar a melhor estratégia da guerra, manter todos unidos contra o inimigo comum e usar todas as armas e munições.

A referência bélica é em sentido figurado. Armas e munições são as vacinas que nos garantirão a vida e o funcionamento normal da economia. Não apenas o imunizante, mas as seringas, agulhas, cronograma, planejamento, capacidade de estocagem e de transporte. A logística da imunização, enfim. Mas a prioridade de Bolsonaro é literal. Ontem o governo levou a zero as alíquotas de importação de revólveres e pistolas.

O governo atende ao desejo dos clubes de tópicos, mas o general da Saúde tem dúvida se há interesse da população em se defender do vírus. "Se houver demanda", disse e repetiu Pazuello. Ele assim o fez para mais uma vez demonstrar que segue na tropa do presidente da República que sempre negou a gravidade da pandemia e a necessidade de proteção contra o inimigo. O general está perdido no troteio.

Apesar de alta da inflação, BC mantém juro a 2%

Na última reunião do ano, integrantes do Copom reafirmam que o recente repique de preços é temporário, mas indicam que compromisso de manter Selic em patamar historicamente baixo pode ser alterado em breve

GABRIEL SHINOHARA
gabriel.shinohara@bcb.gov.br
BRASILIA

O Banco Central decidiu ontem manter a taxa básica de juros em 2% ao ano apesar da recente escalada de preços. Em sua última reunião do ano, os integrantes do Comitê de Política Monetária (Copom) reconheceram que a inflação ficou acima do esperado nos últimos meses, mas reafirmaram que o repique é temporário, o que justificaria a manutenção da Selic.

"Apesar da pressão inflacionária mais forte no curto prazo, o Comitê mantém o diagnóstico de que os choques atuais são temporários, mas segue monitorando sua evolução com atenção", afirmaram os diretores do BC no comunicado ontem.

No mês passado, a inflação brasileira foi de 0,89%, a maior variação para meses de novembro desde 2015.

No acumulado do ano, o índice de preços que é utilizado pelo BC para balizar a política de metas de inflação, o IPCA, atingiu 3,13%. Nos últimos 12 meses, a alta acumulada foi de 4,31%. A meta fixada para 2020 é de 4%, com margem de variação de 1,5 ponto percentual, para mais ou para menos.

DECISÃO JÁ ERA ESPERADA

A expectativa do mercado, de acordo com o mais recente levantamento semanal feito pelo BC, é que a inflação termine o ano em 4,21%, acima do centro da meta. Na reunião anterior do Copom, em outubro, essa projeção estava em 2,99%.

Apesar disso, a decisão tomada pelo Copom era amplamente esperada pelo mercado financeiro. Em pesquisa feita pela Reuters, todos os 28 economistas consultados haviam previsto que a taxa básica de juros



Peso no bolso. Apesar do avanço dos preços nos últimos meses, o BC acredita que esse movimento é temporário

da economia brasileira seria mantida em 2% ao ano.

Na avaliação da economista-chefe do BNP Paribas Asset Management, Tatiana Pinheiro, a visão do BC de um choque temporário de inflação inclusive em dezembro está correta. Ela cita, por exemplo, os efeitos

da bandeira vermelha na conta de luz e a volta do pagamento integral das mensalidades escolares, que serão alvo de novo levantamento do IBGE neste mês.

No caso dos alimentos, a economista vê um conflito entre a queda esperada nos preços de alimentos e o im-

pacto sazonal que vem com o aumento do consumo durante as festas de fim de ano.

— Você olha os preços de cereais, grãos, arroz, milho, soja no atacado, eles já estão ou com inflação muito baixa ou em deflação há um tempo e então em algum momento isso tem que chegar

no varejo, tem que chegar no IPCA — disse Tatiana.

Com a reversão da queda das expectativas de inflação em relação às metas de 2021 e 2022, os diretores do BC destacaram que poderão abandonar, em breve, o compromisso de manter o juro num patamar que estimula fortemente a atividade.

A retirada do chamado *forward guidance*, como é conhecida essa orientação sobre atividades futuras do Copom, não implica uma elevação da Selic "mecanicamente", disse o BC.

— Por mais que eles tenham aberto a condição para no futuro remover o *forward guidance*, quando ele cair em março, maio, a realidade vai ser uma na qual você não tem um processo de inflação estrutural. Acredito que deva começar a subir (o juro) só no início de 2022 — disse o economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 10/12/20 - **Cidade/UF:** DF
Título: Jair Bolsonaro demite ministro do Turismo, pivô dos laranjas do PSL **Impacto:** Neutro

FOLHA DE SPALLO ***



O ministro Marcelo Álvaro Antônio lança programa de sua pasta no mês passado. *Foto: Lázaro / T. Neri/20/Pathpress*

Jair Bolsonaro demite ministro do Turismo, pivô dos laranjas do PSL

Troca já estava definida, mas presidente a antecipou depois que Marcelo Álvaro Antônio chamou de 'traíra' o general Ramos

Ricardo Della Coletta,
Gustavo Uribe e Julia Chaib

Qual a origem da suspeita?

masias. O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) demitiu nesta quarta-feira (9) o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio. O próprio presidente o informou da decisão no início da tarde, em audiência no Palácio do Planalto. Para substituí-lo, Bolsonaro escolheu o presidente da Embratur, Gilson Machado.

O Planalto não divulgou nenhuma nota sobre a saída de Álvaro Antônio, que só foi confirmada pelo presidente no fim da tarde.

"Ele [Gilson Machado] é um cara muito competente nessa área. O outro [Álvaro Antônio] estava fazendo um bom trabalho também, mas [teve] problema aí", disse Bolsonaro a simpatisantes em frente ao Palácio da Alvorada. A fala foi transmitida por um site bolsonarista. O deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) publicou no Twitter uma mensagem rabeizando Machado.

"Desejo boa sorte a Gilson Machado, que vinha fazendo bom trabalho como presidente da Embratur e agora se torna novo ministro do Turismo. Que Deus o ilumine nessa nova jornada", escreveu.

O novo ministro, no entanto, deve assumir de forma temporária, até a próxima reforma ministerial, que está programada para o início do ano que vem.

Como mostrou reportagem da Folha no domingo (6), Bolsonaro já tinha decidido mudar o comando da pasta do Turismo. Pretende entregar o ministério para um nome indicado pelo centro, bloco de partidos de centro e de direita que hoje formam sua base no Congresso. Aliados de Bolsonaro no Legislativo argumentam que, após as eleições para as presidências da Câmara e do Senado, a correção de forças políticas será outra, e que o presidente precisará fazer acomodações na Esplanada dos Ministérios. Além do Turismo, almejam indicar também o novo presidente da Embratur.

A decisão de demitir Álvaro Antônio foi antecipada, no entanto, após a situação do ex-ministro ter se tornado insustentável na terça-feira (8). Em mensagem no grupo de WhatsApp da equipe minist-

Entenda esquema de laranjas do PSL.

Qual a origem da suspeita?

A Folha revelou, em fevereiro de 2019, que o agora ex-ministro Marcelo Álvaro Antônio (PSL), deputado federal mas votado em Minas Gerais, patrocinou um esquema de quatro candidaturas de laranjas no estado, abastecidas com verba pública da sigla.

Como funcionou esse esquema?

Álvaro Antônio era presidente do PSL em Minas e decidiu quais candidaturas seriam lançadas. As quatro candidatas receberam R\$ 270 mil. Desse montante, ao menos R\$ 85 mil foram destinados a quatro empresas que são de assessores, parentes ou sócios de assessores de Álvaro Antônio.

Quais as evidências de que as candidaturas eram de laranjas?

Não há sinais de que elas tenham feito campanha efetiva durante a eleição. Ao final, juntas, somaram apenas cerca de 2.000 votos, apesar do montante recebido para a campanha. Em buscas realizadas pela PF em Minas Gerais no final de abril do ano passado, os policiais não encontraram nas graficas citadas nas prestações de contas nenhum documento que indicasse que elas de fato prestaram os serviços declarados à Justiça Eleitoral.

Álvaro Antônio foi alvo de denúncia sob que acusação?

Ele é acusado de falsidade ideológica eleitoral, apropriação indevida de recurso eleitoral e associação criminosa. Mais de um ano após o indiciamento pela Polícia Federal e a denúncia pelo Ministério Público, a Justiça ainda não definiu se transforma o ex-ministro em réu. O caso saiu do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e está no STF, sob a alçada do ministro Gilmar Mendes, que analisa pedido de defesa para anulação de toda a operação. O argumento principal é o de que Álvaro Antônio foi investigado de forma ilegal pelas autoridades mineiras, já que tem foro privilegiado.

O que diz Álvaro Antônio?

Em diversas manifestações, o agora ex-ministro do Turismo negou irregularidades e acusou a Folha de promover uma perseguição político-partidária contra ele.

rial, Álvaro Antônio acusou o general Luiz Eduardo Ramos, ministro da Secretaria de Governo e amigo de Bolsonaro desde os tempos de Exército, de estar negociando sua cadeira no Congresso.

No texto, ao qual a Folha teve acesso, Álvaro Antônio chamou Ramos de "traíra" e disse que o general "de forma covarde" ataca "sem parar" os apoiadores conservadores do presidente.

Disse também que Ramos deveria ter apreendido que não se abandona um "companheiro de guerra aos inimigos" e que não se pode "atirar na cabeça de um aliado".

Após o episódio, de acordo com relatos lidos à Folha, Ramos se queixou com Bolsonaro, que concordou que Álvaro Antônio se excedeu.

Pivô do esquema de candidaturas laranjas do PSL em Minas Gerais, caso revelado pela Folha, Álvaro Antônio foi indicado pela Polícia Federal sob suspeita dos crimes de falsidade ideológica eleitoral, apropriação indevida de recurso eleitoral e associação criminosa — com pena de cinco, seis e três anos de cadeia, respectivamente.

O agora ex-ministro também é alvo de denúncia pelo Ministério Público de Minas.

Uma série de reportagens da Folha desde 2019 mostrou que Álvaro Antônio patrocinou em Minas Gerais um esquema de candidaturas de mulheres que receberam expressivos recursos públicos do PSL, sem sinal de que tenham feito campanha efetiva.

Como os partidos são obrigados a destinar a verba pública na proporção das candidatas que lançam, em um mínimo de 30%, essas postulantes de fachada eram usadas para desvio do dinheiro para outros candidatas.

Apesar de figurar entre os 20 candidatos do PSL no país que mais receberam dinheiro público, quatro mulheres de Minas Gerais tiveram um desempenho insignificante. Juntas, elas receberam pouco mais de 2.000 votos.

Dos R\$ 270 mil repassados pelo PSL, ao menos R\$ 85 mil foram parar oficialmente na conta de quatro empresas de assessores, parentes ou sócios de assessores de Marcelo Álvaro Antônio.

Continua no pag. A6

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 10/12/20 - **Cidade/UF:** SP
Título: Guedes quer mais imposto até o Natal **Impacto:** Neutro

A18 QUINTA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO DE 2020

FOLHA DE S.PAULO ***

mercado

Guedes quer mais imposto até o Natal

Ministro e parte do Congresso querem reduzir isenções tributárias da 'classe média' rica

Vinicius Torres Freire

Journalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Paulo Guedes prometeu que o governo vai dar um "forte sinal" para diminuir "subsídios e gastos tributários". Grosso modo, isso é aumento de imposto, goste-se ou não de mais essa proclamação por ora imaginária do ministro.

Quando vai ser? Quase na "semana que vem", um dos prazos típicos de Guedes: "Antes do fim do ano", duas semanas, na prática.

"Gasto tributário" é um imposto que o governo deixa de recolher a fim de dar tratamento especial para empresas, seto-

res da economia, um grupo de indivíduos, regiões. Em suma, de um modo ou de outro, quem recebe esse tratamento diferente paga menos imposto do que deveria, pela regra geral.

Qual o maior gasto tributário federal, pelas contas da Receita? O Simples Nacional (micro e pequenas empresas, o que pega também boa parte da "classe média", ricos, hol-sonarista). Depois vêm as isenções e deduções do Imposto de Renda da Pessoa Física (rendimentos isentos e não tributáveis e deduções de gastos com

saúde e educação privada), o que inclui rendimentos de aposentados maiores de 65 anos e rescisões trabalhistas.

A seguir, vêm as isenções da agricultura e da agroindústria, na maior parte para a cesta básica e para exportações da produção rural. Logo depois, no ranking, vêm as filantrópicas (hospitais, escolas, faculdades), a Zona Franca de Manaus e "medicamentos, produtos farmacêuticos e equipamentos médicos".

Tudo isso dá 75% do gasto tributário previsto para 2021.

Como de costume, não dá para saber direito do que Guedes está falando, mas o novo "vamos estar fazendo" do ministro bate com a mais recente mutação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) de controle de gastos que rola pelo Senado desde 2019 e teve uma "versão" a cada dia desde uma semana passada, dizendo tudo e seu contrário.

Na PEC, pretende-se obrigar governo e Congresso a reduzir benefícios tributários e subsídios de crédito no ano que vem. Quais subsídios? Não se sa-

be. Os subsídios que estão na conta do Tesouro (do governo) são basicamente compensações de financiamento barateado para a agricultura, da grande à miudinha, familiar.

Essa hipótese de PEC já chegou a prever também o corte de até 25% de jornada e salários de servidores, o fim do gasto mínimo em saúde e educação e o fim do reajuste automático das aposentadorias do INSS. Até quarta-feira (9) de noite, tudo isso estava fora, assim como gambiarras furadas (que estiveram lá, segundo boatos ou balões de ensaio).

Para compensar, vai haver um gatilho de contenção de gastos quando a despesa obrigatória do governo passar de 95% da despesa atual (o que já acontece). Nesse caso, em suma, ficam proibidos reajustes quaisquer de salários de servidores e contratações.

Ou seja, talvez, parece, se-

gundo o último rumor ou rascunho improvisado de uma emenda constitucional, haveria um arranjo fiscal entre Guedes e parte do Congresso. Não resolve grande coisa, mas não explode nada. O interessante vai ver quem seria esfolado pelo governo e por seus aliados no Congresso com esse aumento de imposto, na prática (chame-se de "fim de desoneração").

Muito gasto tributário é mesmo favor, desordem nos impostos e incentivo à ineficiência econômica. Poderia ser objeto de reforma tributária ou de medidas paulatinas desde 2019. Mas o governo é uma baderna inepta e nada disso foi feito. Agora, vamos ver a reação do demagogo Jair Bolsonaro, do restante do Congresso e de quem vai levar a fada do aumento de imposto do Natal sem vacina.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

BC mantém os juros em 2% e diz que alta da inflação é temporária

Copom indica que deve retirar em breve recurso em que se compromete a não elevar taxa

Larissa Garcia

BRASÍLIA Na última reunião deste ano, o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central, decidiu manter a taxa básica de juros (Selic) a 2% ao ano. A definição desta quarta-feira (9) ocorre em meio à pressão inflacionária, especialmente com a alta nos preços de alimentos e combustíveis.

Foi a terceira reunião seguida em alteração na taxa Selic depois de longo ciclo de queda, iniciado em julho de 2019.

Com o choque recente nos preços, o mercado tem aumentado as expectativas de inflação para o fechamento deste ano e para o próximo. Isso poderia levar o BC a aumentar os juros.

A decisão, no entanto, ficou em linha com a expectativa do mercado. Analistas consultados pela Bloomberg previram a manutenção da taxa, conforme indicado pelo comitê na reunião anterior.

No comunicado da decisão, a autoridade monetária se mostrou mais preocupada com a inflação, mas reforçou que a alta é temporária e deve arrefecer em 2021, dentro do chamado horizonte relevante, para quando o comitê entende que a política monetária terá efeito.

"As últimas leituras de inflação foram acima do esperado e, em dezembro, apesar do arrefecimento previsto para os preços dos alimentos, a inflação ainda deve se mostrar elevada", disse.

"Apesar da pressão inflacionária mais forte no curto prazo, o Comitê mantém o diagnóstico de que os choques atuais são temporários, mas segue monitorando sua evolução com atenção, em particular as medidas de inflação subjacente", completou.

O BC revisou as projeções para a inflação no cenário básico, com a taxa de juros a 2% em 2020, 3% em 2021 e 4,50% em 2022, e o dólar a R\$ 5,25, as projeções do Copom para 2020, 3,4% para 2021 e 3,4% para 2022.

Já no cenário com taxa de juros constante a 2% e taxa de câmbio a R\$ 5,25, as projeções para a inflação são de torno de 4,3% para 2020, 3,5% para 2021 e 4% para 2022.

Segundo o relatório Focus do BC desta semana, os economistas esperam que os preços subam 4,21% no ano, acima da meta de 4% fixada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), mas dentro do limite de tolerância de 1,5 ponto para baixo ou para cima. Há um mês, a projeção era de 3,20%.

Desde o início da crise gerada pelo novo coronavírus, as estimativas vinham abaixo de 2%. Na semana da reunião anterior do Copom, no fim de outubro, o mercado esperava inflação de 2,99%.

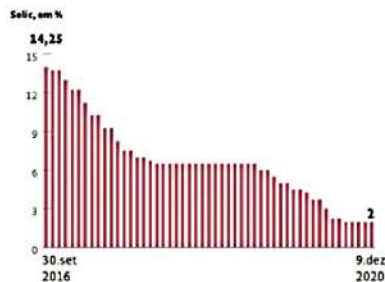
No comunicado, o comitê repetiu que a inflação permanece com fatos de risco em duas direções. A baixa atividade econômica pode puxá-la para baixo. "Esse risco se intensifica caso uma reversão mais lenta dos efeitos da pandemia prolongue o ambiente de elevada incerteza e de aumento da poupança precaucional", disse.

Por outro lado, a piora nas contas públicas com o prolongamento das políticas fiscais de resposta à pandemia pode puxar os preços para cima. Além disso, o BC destacou que "frustrações em relação à continuidade das reformas, podem elevar os prêmios de risco".

"O risco fiscal elevado segue criando uma assimetria alçada no balanço de riscos, ou seja, com trajetórias para a inflação acima do projetado no horizonte relevante para a política monetária", completou.

Segundo o texto, o BC manteve o compromisso de não subir juros a menos que as expectativas de inflação sejam elevadas acima da meta

Taxa básica de juros



Fonte: BC/B

ou que o regime fiscal seja alterado, mas anunciou que o instrumento deve ser retirado em breve.

Essa indicação é um instrumento secundário de política monetária, chamado de "forward guidance", ou prescrição futura. Como o comitê tem a avaliação de que a taxa Selic está próxima do seu limite mínimo, o BC teve que recorrer ao recurso para tentar diminuir a especulação em torno da taxa básica de juros futura e aumentar o estímulo à economia sem cortar ainda mais os juros.

"A manutenção desse cenário de convergência da inflação [a meta] sugere que, em breve, as condições para a manutenção do forward guidance podem não mais ser satisfeitas, o que não implica mecanicamente uma elevação da taxa de juros pois a conjuntura econômica continua a prescrever estímulo extraordinariamente elevado ante as incertezas quanto à evolução da atividade", disse o texto.

"No cenário de retirada do forward guidance, a condução da política monetária seguirá o receituário do regime

de metas para a inflação, baseado na análise da inflação prospectiva e de seu balanço de riscos", pontuou o Copom. Apesar da sinalização de que não usará mais o instrumento, o comitê avalia que seu efeito foi positivo.

"O Copom avalia que, desde a adoção do forward guidance, observou-se uma reversão da tendência de queda das expectativas de inflação em relação às metas para o horizonte relevante. Além disso, ao longo dos próximos meses, o ano-calendário de 2021 perderá relevância em detrimento ao de 2022, que está com projeções e expectativas de inflação em torno da meta", ressaltou.

O BC cita ainda a segunda onda em outros países como desafio para a retomada da economia, mas fala sobre o surgimento das vacinas como positivo.

"No cenário externo, a resurgência da pandemia em algumas das principais economias tem revertido os ganhos na mobilidade e deverá afetar a atividade econômica no curto prazo", disse.

"No entanto, os resultados promissores nos testes das vacinas contra a Covid-19 tendem a trazer melhora da confiança e normalização da atividade no médio prazo", ponderou o texto.

Além disso, o comitê destaca que a baixa atividade econômica favorece a manutenção dos juros em patamares baixos. "A presença de ociosidade, assim como a comunicação dos principais bancos centrais, sugere que os estímulos monetários terão longa duração, permitindo um ambiente favorável para economias emergentes."

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 10/12/20 - **Cidade/UF:** DF
Título: Bolsonaro demite ministro e expõe disputa pela Câmara **Impacto:** Neutro

O ESTADO DE S. PAULO



FACULDADE
FIPECAFI

Poderes. Presidente antecipa saída de Álvaro Antônio do Turismo e abre caminho para cargo ser usado em negociações por apoio ao candidato do Pplanalto na sucessão de Maia

Bolsonaro demite ministro e expõe disputa pela Câmara



Troca. Álvaro Antônio, ex-ministro do Turismo, criticou general Ramos antes de ser demitido

Jussara Souza
Túbia Monteiro
Eliane Camarêde

O presidente Jair Bolsonaro começou ontem a mexer no seu governo para tentar interferir na disputa pelo comando da Câmara e demitiu o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio. A troca na pasta ocorreu após Antônio expor, em um grupo de mensagens, as articulações do governo para influenciar a sucessão do atual presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ). O agora ex-ministro disse que o general Luis Eduardo Ramos, da Secretaria de Governo, ofereceu a pasta do Turismo ao Centrão em troca de apoio ao candidato do Pplanalto.

O presidente da Embratur, Gilson Machado, foi o escolhido por Bolsonaro para a vaga. Ao colocar um amigo pessoal no cargo, o presidente facilita uma futura troca para acomodar o Centrão em busca de votos pelo comando da Câmara. O Ministério do Turismo é bastante cobijado pelo grupo que se aproxima do governo em troca de cargos.

A disputa na Câmara é de extrema importância para o Palácio do Planalto por duas razões: a primeira é evitar que Maia, adversário político do presidente, consiga fazer um sucesso, o que fortaleceria seu grupo na disputa presidencial de 2022. A outra

é que ter um aliado no cargo possibilita ao governo levar adiante sua agenda ideológica. E o presidente da Câmara quem define o que vai ou não ser votado. A aposta do Palácio do Planalto é no deputado Arthur Lira (Progressistas-AL), um dos principais nomes do Centrão, que oficializou ontem a sua candidatura (mas informações na pág. A8).

Contrariado com as negociações envolvendo sua pasta, Antônio escreveu no grupo de WhatsApp formado por ministros: "Não me admito o Sr. Ministro Ramos ir ao PR (president) pedir minha cabeça, a entrega do Ministério do Turismo ao Centrão para obter êxito na eleição da Câmara dos Deputados", disse ele. A íntegra da mensagem foi revelada ontem pela CNN Brasil e também pela imprensa do Estadão.

Ao demitir Antônio, Bolsonaro reprecendeu por ter exposto divergências em um grupo de WhatsApp e disse que as diferenças deveriam ser resolvidas pessoalmente, não em público. Na conversa com o presidente, relatada a reportagem por integrantes do governo, Antônio acusou Ramos de fazer intrigas entre ministros - e ele já foi cha-

NA WEB
Congresso. Os estados para o lugar de Rodrigo Maia na Câmara estadual em ba/estadocamara

mado de "Maria Fofoca" por Ricardo Salles, do Meio Ambiente. O agora ex-ministro do Turismo ainda citou o fato de ser um aliado fiel a Bolsonaro desde a campanha eleitoral e, apesar de ter demonstrado descontentamento, disse que seguirá apoiando o governo. Ele reassumirá seu mandato na Câmara.

O Estadão apurou que Bolsonaro foi impellido a ficar do lado de Ramos na briga após alinhar com os comandantes das Forças Armadas horas antes de o caso ganhar repercussão. Segundo um participante do encontro, desta vez o presidente não poderia deixar de tomar as dores do general de quem é amigo há mais de 30 anos.

Antônio ainda tentou reverter a situação para continuar no cargo. Antes de ser demitido, ele enviou mensagem a Ramos pedindo perdão e admitiu ter sido injunco. O ministro, porém, não aceitou.

Maia mudanças. O próprio Ramos é um dos que devem perder o cargo para dar espaço ao Centrão. Após acumular desgastes com outros integrantes da Esplanada dos Ministérios, ele deve ser deslocado para a Secretaria-Geral da Presidência no lugar de Jorge Oliveira, que assumirá uma cadeira no Tribunal de Contas da União (TCU). Também é aguardada a substituição de Onyx Lorenzoni no Ministério da Cidadania.

CRONOLOGIA

As trocas no primeiro escalão

Fevereiro 2019
Secretaria-Geral da Presidência
Gustavo Botelho é substituído por Floriano Peixoto

Abril 2019
Ministério da Educação
Ricardo Vélez por Abraham Weitsraub

Junho 2019
Secretaria de Governo
Carlos Alberto dos Santos Cruz por Luis Eduardo Ramos

Junho 2019
Secretaria-Geral da Presidência
Floriano Peixoto por Jorge Oliveira

Junho 2020
Ministério do Desenvolvimento Regional
Gustavo Canuto por Rogério Marinho

Fevereiro 2020
Casa Civil
Onyx Lorenzoni por Walter Braga Netto
Ministério da Cidadania
Osmar Terra por Onyx Lorenzoni

Abril 2020
Ministério da Saúde
Luiz Henrique Mandetta por Nelson Teich
Ministério da Justiça
Sergio Moro por André Mendonça
Advocacia-Geral da União
André Mendonça por José Levi

Maio 2020
Ministério da Saúde
Nelson Teich por Eduardo Pazuello
Ministério das Comunicações
Fábio Faria assume após desmembramento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações

Junho 2020
Ministério da Educação
Abraham Weitsraub por Carlos Alberto Devotelli
Ministério da Educação
Carlos Alberto Devotelli por Milton Ribeiro

PERFIL

Gilson Machado, novo ministro do Turismo

Amigo do presidente e parceiro de 'lives'

Atual presidente da Embratur e aliado de Bolsonaro vai substituir Álvaro Antônio no Ministério do Turismo

Amigo do presidente Jair Bolsonaro, o novo ministro do Turismo, Gilson Machado, é conhecido por acompanhar o presidente em viagens pelo Brasil e por ser figura constante nas "lives" presidenciais, em que já

toceu sanfona. Ele substituirá Marcelo Álvaro Antônio, que reassumirá o mandato de deputado federal. Uma nova mudança deve ocorrer a partir de fevereiro, quando uma reforma ministerial está prevista.

Atual presidente da Embratur, Machado é aliado de Bolsonaro desde a campanha presidencial e participou da equipe de transição. Antes de ser nomeado presidente da agência de fomento ao turismo, atuava como secretário nacional de Eco-

turismo e Cidadania Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente, onde também exerceu o cargo de secretário de Florestas.

Sanfona. No fim de junho, Machado, que é do Recife, chamou atenção após tocar "Ave Maria" na sanfona durante uma transmissão ao vivo do presidente. A música foi uma homenagem às vítimas da covid-19. Naquele dia, 25 de junho, o País registrou mais 55 mil mortes pelo novo coronavírus. Ele chegou a dar milas do instrumento ao presidente.

O novo ministro do Turis-

mo também participou da criação do Aliança pelo Brasil, partido que o presidente e seus filhos tentam registrar. Na noite de terça-feira, ele esteve no lançamento do Instituto Conservador Liberal, do deputado Eduardo Bolsonaro (PFL-SP), (mas informações na pág. A9).

Machado estava em um evento do setor quando foi convocado, ontem, para falar com o presidente. Ele chegou ao Palácio do Planalto pouco antes das 19h, e deixou o gabinete presidencial cerca de 45 minutos depois, sem falar com a imprensa. **F. J. S.**



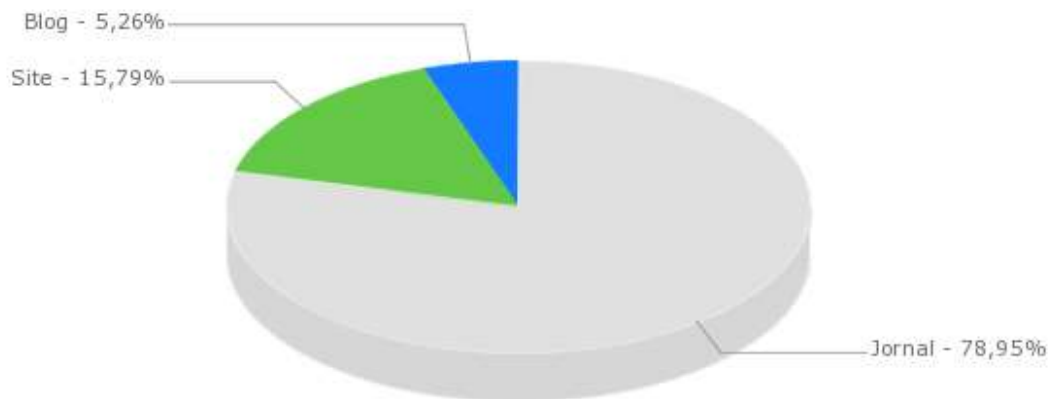
Clippings

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat.	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editoria
09/12/20	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Parnamirim cancela réveillon e suspende festas de veraneio	Neutro	Nota		A			
09/12/20	Blog da Juliska	Blog	Natal	RN	Museu Câmara Cascudo começa ciclo de visitas virtuais	Neutro	Matéria		A			
09/12/20	Versátil News	Site	Natal	RN	Fecomércio: Sesc Senac RN abre matrículas para cursos de idiomas com aulas on-line e presenciais	Positivo	Matéria		B			
09/12/20	G1 RN	Site		RN	Ministério Público do RN recomenda que São Miguel do Gostoso, Touros e Rio do Fogo suspendam festas de fim de ano com mais de 50 pessoas				A			
10/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	Arrecadação bate recorde histórico em novembro	Neutro	Matéria		A			
10/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	Orçamento deve ter mais de 400 emendas	Neutro	Matéria		A			
10/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	RN tem 1º caso de reinfeção do país	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat.	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editoria
10/12/20	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Guerra contra a Covid	Neutro	Matéria		A			
10/12/20	O Globo	Jornal	Brasília	DF	MP vai reduzir burocracia para abrir empresas	Neutro	Matéria		A			
10/12/20	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Receita menor com tributos adiados na covid indica inadimplência de empresas	Neutro	Matéria		A			
10/12/20	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Sob pressão, Pazuello acena com vacinação em dezembro ou janeiro	Neutro	Matéria		A			
10/12/20	Estadão	Jornal		DF	BC mantém Selic em 2% ao ano, mas já prepara terreno para alta no ano que vem	Neutro	Matéria		A			
10/12/20	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Reforma do Estado deveria incluir todas as carreiras	Neutro	Editorial		A			
10/12/20	O Globo	Jornal	Brasília	DF	General não sabe preparar a guerra	Neutro	Artigo		A			
10/12/20	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Jair Bolsonaro demite ministro do Turismo, pivô dos laranjas do PSL	Neutro	Matéria		A			

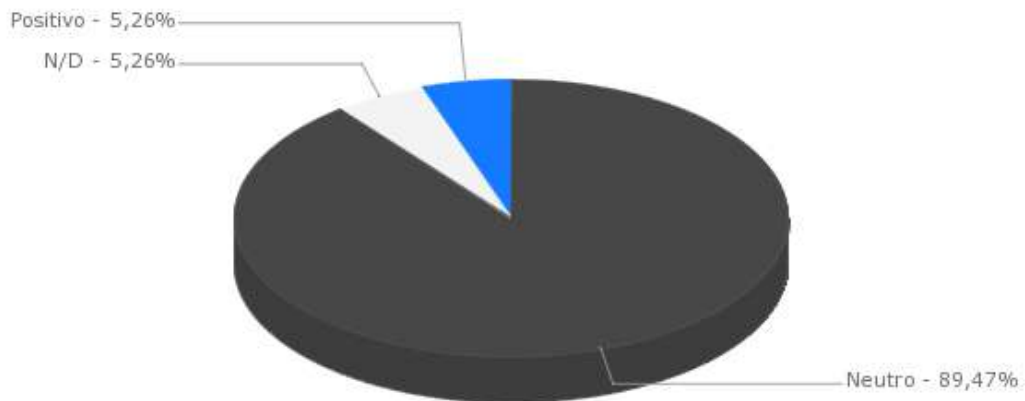
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat.	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editoria
10/12/20	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Guedes quer mais impostos até o Natal	Neutro	Matéria		A			
10/12/20	Folha de São Paulo	Jornal		SP	O que se sabe sobre as vacinas	Neutro	Matéria		A			
10/12/20	Estadão	Jornal		DF	Bolsonaro demite ministro e expõe disputa pela Câmara	Neutro	Matéria		A			
10/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	Pazuello cogita imunizar em dezembro	Neutro	Matéria		A			
Qtde.: 19												

Clippings por Tipo de Mídia



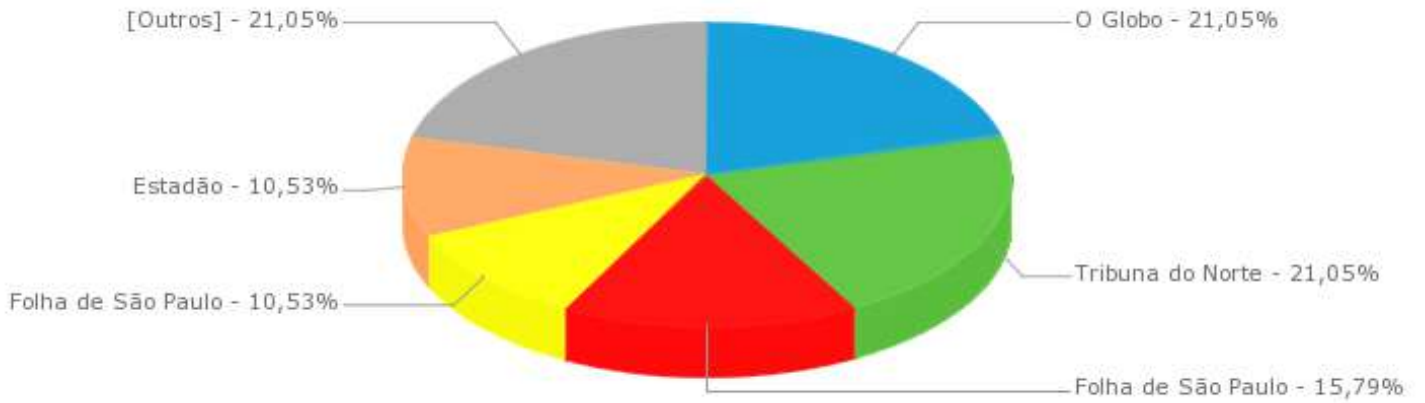
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Jornal	15	78,95 %
Site	3	15,79 %
Blog	1	5,26 %
		Total: 19

Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	17	89,47 %
N/D	1	5,26 %
Positivo	1	5,26 %
Total: 19		

Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
O Globo	Jornal	4	21,05 %
Tribuna do Norte	Jornal	4	21,05 %
Folha de São Paulo	Jornal	3	15,79 %
Folha de São Paulo	Jornal	2	10,53 %
Estadão	Jornal	2	10,53 %
Tribuna do Norte	Site	1	5,26 %
Versátil News	Site	1	5,26 %
Blog da Juliska	Blog	1	5,26 %
G1 RN	Site	1	5,26 %
			Total: 19